

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA E
METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS

O DOMÍNIO PRÉVIO À DEFINIÇÃO DAS PALAVRAS: CRÍTICA À
PROPOSIÇÃO COMO LUGAR DO SENTIDO A PARTIR DAS
INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN

Tatiane Boechat Abraham Zunino

São Carlos

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA E
METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS

O DOMÍNIO PRÉVIO À DEFINIÇÃO DAS PALAVRAS: CRÍTICA À
PROPOSIÇÃO COMO LUGAR DO SENTIDO A PARTIR DAS
INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN

Tatiane Boechat Abraham Zunino

Tese apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Filosofia e
Metodologia das Ciências como
requisito parcial à obtenção do
título de DOUTOR EM
FILOSOFIA.

Orientador: Dr. Bento Prado Neto

Agência Financiadora: CAPES

São Carlos

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

Z95dp

Zunino, Tatiane Boechat Abraham.

O domínio prévio à definição das palavras : crítica à proposição como lugar do sentido a partir das *Investigações Filosóficas de Wittgenstein* / Tatiane Boechat Abraham Zunino. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
108 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Linguagem. 2. Treinamento. 3. Compreensão. 4. Sentido (Filosofia). 5. Significação (Filosofia). I. Título.

CDD: 100 (20^a)

TATIANE PEREIRA BOECHAT ABRAHAM ZUNINO
"O DOMÍNIO PRÉVIO À DEFINIÇÃO DAS PALAVRAS: CRÍTICA À PROPOSIÇÃO
COMO LUGAR DO SENTIDO"

TESE apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de DOUTORA em Filosofia.

Aprovada em 18 de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Presidente 

Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto (Orientador - UFSCar)

1º Examinador



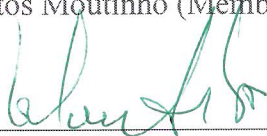
Profa. Dra. Eliane Christina Souza (Membro Titular – UFSCar)

2º Examinador



Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho (Membro Titular – UFPR)

3º Examinador



Prof. Dr. Arley Ramos Moreno (Membro Titular – UNICAMP)

4º Examinador



Prof. Dr. Marcelo da Silva Carvalho (Membro Titular – UNIFESP)

DEDICATÓRIA

Ao meu amor, Pablo.

À minha amiga, Lia.

VITAE DA CANDIDATA

Mestre em Filosofia pela UFSCar (2008), Bacharel em Filosofia
pela UNIOESTE (2005).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Bento Prado Neto pela liberdade e entendimento, a Capes pelo financiamento da pesquisa e à minha mãe, Hilda, pela escuta silenciosa e constante apoio.

O DOMÍNIO PRÉVIO À DEFINIÇÃO DAS PALAVRAS: CRÍTICA À
PROPOSIÇÃO COMO LUGAR DO SENTIDO A PARTIR DAS
INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN

RESUMO

Esta tese procura analisar a hipótese de que a significação não tem como fundamento a proposição e as palavras. De que a linguagem não inaugura a verdade numa articulação enunciativa, mas numa operação prático-compreensiva. Assim sendo, a partir das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, procura-se explicitar em que medida se pode falar num âmbito de nascimento do sentido através da análise da aprendizagem pelo ensino ostensivo das palavras, isto é, através de algumas condições necessárias de aquisição do conceito. Para tanto, expor-se-ão alguns aspectos fundamentais da aprendizagem das expressões, quer pelo ensino quer pela aprendizagem verbal, a saber, a noção de treinamento (*Abrichten*) e toda possível racionalidade que a cerca, bem como, da definição ostensiva das palavras, procurando defender a posição de que o treinamento é condição de possibilidade da definição ostensiva. Assim, ela seria o modo primeiro da compreensão, o nascimento para o sentido ou nível primário de acesso ao sentido. Após este percurso, já se pode falar em dois níveis de acesso ao sentido. Tenta-se, portanto, apresentar uma dimensão de abertura do sentido através da prática lingüística em que uma expressão opera, de modo que a importância do ensino ostensivo das palavras seja afirmada como abertura de um domínio operatório prévio capaz de possibilitar a denominação. Tal domínio tem como consequência que as expressões apareçam com sentido na *praxis* comum previamente dada para, posteriormente, se tornarem uma linguagem empírica e se ligarem aos fatos do mundo, de modo que o entendimento de uma expressão supõe, de maneira essencial, o domínio prévio da linguagem e do sentido.

Palavras-chave: treinamento; compreensão; sentido; significação.

THE PREVIOUS FIELD TO THE DEFINITION OF WORDS: CRITICISM OF
PROPOSITION AS PLACE OF SENSE THROUGH WITTGENSTEIN'S
PHILOSOPHICAL INVESTIGATIONS

ABSTRACT

This thesis seeks to examine the hypothesis that the meaning has not in its foundation the proposition and the words. That language does not inaugurate the truth in an enunciative joint, but in a practical and comprehensive operation. Thus, through Wittgenstein's *Philosophical Investigations*, we seeks to explain to what extent can we speak of an ambit of birthing of sense through the analysis of learning by the ostensive teaching of words, i.e., by means of some necessary conditions for the concept acquisition. To do so, we will expose some fundamental aspects of expression learning, both through teaching and verbal learning, namely, the notion of training (*Abrichten*) and all possible rationality which surrounds it, as well as the ostensive definition of words, trying to defend the position that training is the condition of possibility for the ostensive definition. Thus, it would be the first way of understanding, the birth of sense. After walking this path, it is possible to speak of two levels of access to sense. We try, therefore, to present a sense opening dimension through the linguistic practice in which an expression operates, so that the importance of the ostensive teaching of words is affirmed as the opening of a previous operative field that can enable the denomination. Such field implies that the expressions emerge with its meaning in the everyday praxis previously given, to then become an empirical language and bind to the facts of the world, so that the understanding of an expression assumes, in an essential way, the previous field of language and sense.

Keywords: training; understanding; sense; signification.

SUMÁRIO

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....01

CAPÍTULO I – Crítica à linguagem referencialista

1.1 A imagem agostiniana da linguagem..... 10

1.2 A aprendizagem da linguagem..... 18

1.3 O exemplo dos construtores.....22

1.4 A definição ostensiva das palavras e a concepção agostiniana.....26

1.5 As falsas analogias na linguagem.....29

1.6 A linguagem privada e a linguagem referencialista.....33

CAPÍTULO II – *O domínio prévio à definição*

2.1 A definição ostensiva.....38

2.2 A pré-compreensão do sentido: o domínio prévio à definição.....41

2.3 O conceito de *Verstehen*.....44

2.4 A natureza da compreensão.....46

2.5 O saber como *können* vs. o saber como processo.....49

2.6 Dois níveis de aquisição da linguagem.....	52
2.7 Compreensão e aprendizagem.....	53
2.8 A compreensão e o conceito de <i>Sehen Als</i>	56
2.9 Entre <i>Ser e Tempo</i> e as <i>Investigações Filosóficas</i>	64
CAPÍTULO III – <i>Os modos da significação</i>	
3.1 A compreensão e as regras.....	71
3.2 O problema da “interpretação”.....	79
3.3 Seguir e aplicar uma regra.....	82
3.4 Regras constitutivas e regras reguladoras.....	89
3.5 O novo contexto de seguir uma regra.....	94
CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103

INTRODUÇÃO:

Na contemporaneidade podemos dizer que, desde Nietzsche, passando por Heidegger e Wittgenstein, o tema da linguagem é um tema importante para a filosofia. Por isso, a partir de vários pontos de vista, se diz que o pensamento filosófico atual é primariamente uma filosofia lingüística. No entanto, não pensemos em uma filosofia da linguagem, senão, na filosofia enquanto uma ontologia acerca da linguagem. Ou seja, é preciso buscar aquilo que é essencial à linguagem, não uma essência para a linguagem, mas antes, procuremos pensar a linguagem da essência. Para tanto, deve haver um modo apropriado de nos acercarmos dela.

Como atingir, então, aquilo que é essencial para se falar da linguagem? Porém, como dizê-la se transitamos desde ela? É através destes questionamentos que nos lançamos a uma investigação da linguagem.

Nas observações iniciais das *Investigações Filosóficas*¹, os questionamentos passam por questões semântico-lingüísticas apenas na medida necessária à abordagem e não como fio condutor da análise wittgensteiniana, como pensam alguns estudiosos do assunto. Interessa-lhe partir das expressões apresentando-as como o ponto de contato a que temos acesso entre o homem e a realidade; aquilo que deve ser interrogado para se conhecer o que faz da linguagem aquilo que ela é, sua função específica. Caberia-nos, então, a tarefa de compreender como funcionam os nossos conceitos, o modo como discursamos sobre as coisas e o sentido com o qual contamos sempre que dizemos algo, visto que, com tudo o que nos deparamos

¹ WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations – Philosophische Untersuchungen*. Oxford: Blackwell, 2009. Doravante citada como PU seguida de parágrafo específico.

no mundo tomamo-los com sentido, por exemplo, quando escuto um barulho ao longe, ainda que não distinga o que é, o digo, contudo, com certa significação, “um barulho”. Os pensadores da linguagem, portanto, não poderiam cumprir essa tarefa prendendo-se à descrição formal e à armação das expressões linguísticas. É preciso, pois, nos diz Wittgenstein, partir do único dado da experiência de que dispomos, a saber, o modo como empregamos as nossas expressões.

Heidegger, ao pensar o uso dos nossos conceitos com base na fenomenologia-hermenêutica, traz à discussão a noção de *Besorgen* (ocupação), conceito este que aponta para as relações do homem (enquanto aquele que lida com seu próprio ser, o *Dasein*) com as coisas (leia-se, as palavras) e com os entes iguais a ele. A noção de significação assume em Heidegger uma posição originária como ocupação, uso, emprego, tornando central em sua argumentação sobre o significado a lida ocupada do homem no mundo, a *praxis*.² Na medida que as palavras não mantêm intrinsecamente um significado – elas são vistas por Heidegger simplesmente como aglomerados próximos que nada indicam, sem significado – , elas somente recebem um sentido pelo seu uso em sentenças para expressar juízos. Contudo, elas não são coisas dotadas de significados. Elas recebem sentido dos juízos que surgem do emprego de instrumentos disponíveis (instrumentos para definir, interrogar, ilustrar, afirmar, etc.) enquanto manuais, coisas que ao serem empregadas em contextos de práticas cotidianas aparecem com sentido. Um sentido que não lhes competia de antemão, mas que lhes é concedido pelo contexto e, conseqüentemente, por sua expressão em juízos. Nesta

² Apesar de Heidegger não utilizar explicitamente o termo *praxis* em *Ser e Tempo*, este termo subjaz toda a obra na medida em que trata da textura histórica e simbólica da vida humana. (Cf. HEIDEGGER, 2002, p.15).

perspectiva, a via de acesso ao significado passa antes pelo o agir humano e não mais pela representação de algo. Tanto em Wittgenstein quanto em Heidegger é de se notar que a via de acesso à significação se dá através de contextos de manuseio e emprego das coisas, por certo uma das formas mais fundamentais de acesso.

Em ambos os autores acentuam-se o fato de apontarem para um certo “comportar-se” que está constitutivamente ligado à significação, em detrimento de um modo representativo e referencialista de acesso ao sentido. Eles concordam que o modo referencialista assumido pela tradição filosófica ao abordar a linguagem e a verdade, fragmenta a nossa experiência com as coisas para tratá-las a partir de uma forma modificada, fixa e separada da realidade.³ Esta, por sua vez, é contida em formas generalizadas e mensuráveis de presença, condicionando a investigação sobre o significado a um único aspecto, àquilo que nomeia, o referente. A importância, portanto, de nos aprofundarmos na unilateralidade do modelo referencialista é trazer à discussão a falsa impressão de que este modelo representa “uma imagem realística do domínio de objetos de que trata” (LE DU, 2009, p.173).

Com efeito, para investigar a linguagem seria preciso examiná-la estando fora dela, entende Heidegger. Seria preciso sair do domínio da representação, pensá-la fora do modo referencialista de pensamento, ou melhor, de certa visão de mundo. A esta visão, Wittgenstein chama “Muster von ‘Gegenstand und Bezeichnung’” – modelo “objeto e denominação”⁴.

³ A crítica de Heidegger à teoria referencialista da linguagem aparece claramente proposta no §33 de *Ser e Tempo*, ao pensar o enunciado como um caráter derivado da compreensão. Já a de Wittgenstein constitui o ponto central de elaboração de suas observações nas *Investigações Filosóficas*.

⁴ PU § 293.

O questionamento do segundo Wittgenstein não descarta os juízos como faz Heidegger ao alegar serem determinados pela estrutura representativa, antes, apóia sua investigação sobre eles de modo que a linguagem seja pensada a partir daquilo que, de mais próprio, nos faz referir a ela, a saber, nossas asserções cotidianas, ainda que, determinadas por uma forma específica e, portanto, obscura, de tomá-las. Por conseguinte, Wittgenstein mantém sua investigação partindo das asserções como um instrumento da linguagem que utilizamos frequentemente, procurando retirá-las das imposições colocadas por um modo de ver que obscurece a visão do significado. Nas *Investigações*, Wittgenstein não trata mais da proposição propriamente dita como o fez no *Tractatus*, mas fala de relações representativas como relações denominadoras. Nesse sentido, tudo o que cerca o enunciado está longe de se por apenas na superfície, suas raízes atingem camadas mais profundas, ou melhor, arraigadas pela existência. Apesar de alguns pesquisadores se deixarem prender ao fato de Wittgenstein iniciar sua obra com a análise de relações denominadoras da linguagem, isso não o coloca num plano superficial de investigação da linguagem porque ao tomá-las como aquilo que se mostra visível no uso da linguagem procura-se uma aproximação ao funcionamento de uso das expressões.

No entanto, como poderia o homem pôr-se fora da linguagem para abordá-la originariamente sem cair nas imposições representativas das enunciações? De um modo geral, será que não podemos definir o que seja “linguagem” sob pena de cairmos numa impossibilidade lógica? Aos olhos de Heidegger, haveria propósito nessa questão caso considerássemos que a condição de possibilidade da linguagem não se encontra acessível tal como

ocorre com as coisas. Caímos na mesma questão, como falar daquilo que é condição de possibilidade da linguagem, lançando mão do caráter representacional que surge através dela? – perguntaríamos a Heidegger (esta questão fornece pistas sobre a virada linguística proposta por Heidegger na segunda fase de seu pensamento). Porém, no período de *Ser e Tempo*, Heidegger entende que é preciso se distanciar do enunciado sob pena de sermos levados à fragmentação do pensamento sobre o sentido; segundo ele, o enunciado é uma estrutura incapaz de representar fielmente aquilo que vemos ou que falamos, simplesmente porque toda representação só pode falar das coisas se estas já se deram cognoscitivamente (a partir de certo modo de ser no mundo, o modo ontológico de ser-aí). Ou seja, é somente depois de seu aparecimento, do seu delineamento como objeto, que podemos falar delas e articulá-las em proposições, algo que para Wittgenstein é impensável, pois já contamos com os fenômenos. Sobre o enunciado corresponderia um caráter de determinação que é sempre já sobre algo dado. Para Heidegger, a tradição filosófica reifica o enunciado como o lugar com que a verdade se corresponde original e propriamente e o que torna possível a verdade enquanto tal.⁵ É, portanto, uma ilusão pensar que ao descrever corretamente os fatos estaria garantida a correspondência entre linguagem e realidade, como ocorreu na época do *Tractatus*. Com efeito, poderíamos nos prolongar nesta questão principalmente nos remetendo ao jovem Wittgenstein, contudo, o que pretendemos, inicialmente, é ver que a crítica de Heidegger e do segundo Wittgenstein às teorias referencialistas do significado, se aproximam à medida que ambos os pensadores percebem um traço “metafísico” e característico da

⁵ HEIDEGGER, 2004, §15

filosofia tradicional na investigação da linguagem, como diz Balthazar, uma “metafísica monista da coisa” ⁶ (FILHO, B.B. 1972, p.25).

É conveniente e de nosso interesse, deixarmos de lado as teses de Heidegger e nos referirmos ao tratamento que Wittgenstein dá a estas questões nas *Investigações Filosóficas*. Nelas procuraremos percorrer o caminho que nos leva à noção de significação. É sabido que sobre este caminho, Wittgenstein não elabora nenhuma teoria, apesar de não haver um modo explicativo uniforme, procuramos reconstruir as indicações e possíveis direções da noção de significação na obra, com a intenção de apresentar uma espécie de genealogia da significação. Para tanto, tomamos como fio condutor da nossa pesquisa sua recusa à idéia referencialista de significação que tanto lhe agradou na juventude. Ao perseguir esta idéia nos debruçamos sobre um esboço do comportamento da linguagem no mundo.

No primeiro capítulo desta pesquisa ressaltamos a crítica de Wittgenstein à concepção de linguagem herdada da tradição filosófica, na qual Agostinho é um expoente. Procuramos mostrar que a referência direta a Agostinho tem em vista, por um lado, o que perfaz sua crítica à tradição e, por outro, também uma imagem do funcionamento da linguagem na medida em que mostra a necessidade de consideração do contexto e das circunstâncias. Ainda que ela seja uma concepção enganosa, no primeiro caso, no segundo, deixa ver o movimento lingüístico que, não esquecido, Wittgenstein procura retomar, mais especificamente, o movimento dialógico e explicativo que, para funcionarem, requerem o reenvio ao contexto. Nesta última parte, indicamos este aspecto na citação que abre a obra, recorrendo a ele sempre que possível

⁶ Cf. PU §116

e, em seguida, ressaltamos a crítica a esta imagem no sentido de mostrá-la como uma tendência do intelecto a nos iludir em direção a tomar o sentido da palavra pelo que ela denomina. Nesse sentido, exploramos minuciosamente a questão da nomeação, lançando mão dos dados expostos nas *Investigações* e em *Blue and Brown Books*, concluindo pela função não descritiva da linguagem. Conjuntamente com esta análise, procuramos trazer à luz o lema das *Investigações*: “*Don’t ask for the meaning, ask for the use*”, ao ressaltar o valor da *praxis* na busca pela “essência” da linguagem. Se tomarmos o termo *praxis* pelo tratamento que teve entre os gregos, pensemos em Aristóteles, fundamentalmente naquele utilizado na *Ética Nicomaquéia*, não faremos menção a ele visando o fim detalhado de uma ação, por exemplo, corajosa, no aqui e agora, mas antes a ação corajosa enquanto tipologia, se assim é possível dizer, que o ser-corajoso tem como fim no todo da vida. Não se trata, portanto, da compleição constitutiva de ações singulares, mas da estrutura de âmbitos da realidade ou campos da atividade mais abrangentes. Para tanto, trataremos da aprendizagem da linguagem com o intuito de evidenciar a importância do treinamento no uso das palavras, apontando-o como a abertura de acesso ao sentido possível de uma expressão – entendemos que seu efeito repetitivo situaria o aprendiz na lida com o sentido das palavras e isto se daria através do ensino ostensivo das palavras. Neste momento da pesquisa, deparamo-nos com o caráter descritivo da linguagem em contraposição ao âmbito de nascimento do sentido aberto no ensino ostensivo. A definição mostra-se derivada do ensino e treinamento das palavras, uma vez que o aprendiz não pode perguntar primeiramente pelo sentido de uma palavra se certa familiaridade com a significação ainda não se deu, isto é, ele precisa

dominar previamente um certo âmbito da significação para que possa empregar uma expressão em outra situação para a qual não foi treinado, mas que o ensinamento favorece através do uso da expressão. Assim, todo o primeiro capítulo nos direciona a perceber as falsas analogias que a imagem agostiniana da linguagem nos faz recair, bem como, abrir a possibilidade de se pensar um âmbito de nascimento para o sentido através do ensinamento e treino das expressões da nossa língua mãe.

O segundo capítulo é dedicado a tratar desse âmbito de nascimento do sentido evocado anteriormente. Procurando mostrar suas características, ou melhor, pistas sobre sua origem e desenvolvimento nas observações wittgensteinianas. Iniciamos, então, apresentando a definição ostensiva com o intuito de explicitar sua posição na investigação do sentido, bem como, a importância da justificação para a definição. Feito isso, nos lançamos à interrogação da noção de *Verstehen*. Abordagem fundamental para traçar o domínio prático desde o qual adquirimos e empregamos, inicialmente, a linguagem. A ela, chamaremos pré-compreensão, isto é, o domínio prévio desde o qual nos enleamos do sentido de algo. Isso nos possibilita apresentar dois níveis de aquisição do sentido, expostos nas *Investigações*, tornando, portanto, o contexto e as circunstâncias do jogo de linguagem como peças fundamentais para se pensar este primeiro contato. Ainda neste capítulo, iniciamos nossa incursão na noção de regra com a intenção de abordar o *Sehen Als*, conceito delineado por Wittgenstein na *Filosofia da Psicologia*. Pensar a regra implica um “modo de ver”, dessa forma, o “ver como” nos possibilita entender como percebemos aspectos da coisa, o que torna inegável que qualquer definição ou descrição não possa ocorrer independentemente do

sentido advindo do contexto que envolve a apreciação de algo. É relevante, portanto, a mudança a qual este “ver” se submete e que proporciona o emprego de certas figuras e expressões em contexto diferentes. O que o “ver como” traz à baila é a familiaridade que guardamos na lida com algo, podendo, então, falar em algo como o sentido. Recuperamos, ainda, a abordagem de Heidegger sobre o “ver como” (*etwas als*), procurando os limites e as aproximações de ambas as leituras, no auxílio a clarificar ainda mais o conceito.

O terceiro e último capítulo têm como objetivo principal nos auxiliar na explicação satisfatória da noção de pré-compreensão operatória através da discussão da noção de “seguir uma regra”. Será no decorrer do capítulo XI da *Filosofia da Psicologia* que se pode tornar manifesto que a pré-compreensão constitui nossa primeira abertura para o sentido e para o mundo, como nos fala Balthazar Barbosa Filho na nota 75 de sua tese de doutorado. Da *praxis* não excluímos certo movimento reflexivo, fundamentalmente quando a regra é visada e determina como algo é tencionado, no entanto, esta reflexão será guiada pelo que se experimenta e o que nos veio pela aprendizagem por explicação, como será apresentado; grifamos, antes de qualquer coisa, que o termo reflexão estará totalmente desvinculado de qualquer categoria mental ou psíquica. Para ressaltar ainda mais a noção de “seguir uma regra”, recorreremos a uma discussão do termo “interpretação” para que deixemos de lado o sentido arraigado que trazemos da tradição filosófica, termo bastante tentador ao se tratar de regras. Mas o que se quer dizer com “seguir e aplicar uma regra”? Aqui, entramos com a distinção entre regras, a saber, as regras constitutivas e as regras reguladoras da gramática de seguir uma regra.

CAPÍTULO 1: CRÍTICA À LINGUAGEM REFERENCIALISTA

1.1 A IMAGEM AGOSTINIANA DA LINGUAGEM

Wittgenstein trata do uso lingüístico que fazemos de nossos conceitos sob a pressuposição de que para compreendê-los é preciso voltar-se para a linguagem, lugar onde eles se manifestam de forma articulada. Voltar-se para a linguagem significa, antes de qualquer coisa, indicar as perturbações que as palavras causam em nosso pensamento. Por exemplo, como uma palavra pode significar coisas distintas? Como o discurso que pronunciamos não atinge nosso ouvinte em igual teor significativo das palavras utilizadas por nós? Ou seja, como pode ocorrer o engano entre o falante e o ouvinte ao se usar uma mesma palavra? Já que, aparentemente, uma palavra tem seu significado fixo e determinado? Como é possível a uma palavra abarcar tudo o que se pretende significar com ela? Como uma única palavra pode significar algo tão complexo quanto uma vivência singular?

Logo nos primeiros parágrafos das *Investigações Filosóficas*, §§ 36-48, Wittgenstein fala dessas falsas analogias sugeridas pelo uso que fazemos das expressões, voltando-se para o seu funcionamento. Para introduzirmos esta discussão, é inevitável fazermos algumas considerações sobre a citação de Agostinho na abertura da obra. A questão a ser discutida inicialmente é entender o que pretende Wittgenstein ao propor e colocar em relevo o que chama “imagem agostiniana da linguagem” e o que propriamente pertence a essa imagem de linguagem; passemos a sua crítica.

Consideremos a passagem inicialmente citada na obra através do fio condutor que sublinha, na concepção de filosofia de Wittgenstein, a negação

de toda tentativa de gerar-se e apoiar-se em uma visão ou construções próprias de questões, mas sim, a partir do que nos aparece, do fenômeno. Isso considerado, aceitamos que o pensamento filosófico não deve ocorrer com o intuito de alcançar respostas ou de encaixá-las num todo idealizado, nem mesmo se pôr contra o desenrolar natural das argumentações. Nesse contexto, procuramos ver no trecho de Agostinho e na resposta de Wittgenstein a ele, um caráter essencialmente dialógico e responsivo nas observações wittgensteinianas, tal como entende Mulhall (2001, p. 29). Parece-nos que, como sua intenção não é propor uma teoria, ele encontra no trecho autobiográfico de Agostinho (e não na tese de algum autor que o tenha influenciado filosoficamente, tais como Russel e Frege), algo que é naturalmente oferecido, mas que não é uma contribuição auto evidente sobre a linguagem. Notemos que esse trecho dialoga com o momento em que nos recordamos do nosso primeiro contato com a linguagem. Sabiamente, Wittgenstein evita o confronto direto com teorias sobre a linguagem e parte de uma descrição bastante corriqueira para falar do nosso contato primário com a linguagem. Em suma, o interesse pela descrição agostiniana do funcionamento da linguagem indica claramente a escolha de Wittgenstein por uma descrição que pode ser tomada como paradigma de difundidas e aceitas versões lingüísticas de uma teoria da representação. Quando nas *Investigações* ele se refere a essa concepção geral como “uma imagem agostiniana da linguagem”, ao fazer uso da descrição agostiniana sobre a essência da linguagem humana, Wittgenstein não a toma como a representação propriamente dita de uma teoria, talvez tenda mais para uma imagem pré-teórica ou pré-filosófica do

modo como nos voltamos para a linguagem e a entendemos — sem negar que esta imagem se torne um paradigma amplamente utilizado e criticado na obra.

De modo geral, podemos extrair três momentos da citação agostiniana, o momento da descrição propriamente dita que, enquanto tal, apenas descreve uma situação, isto é, não precisa estar nem certa nem errada. Num segundo momento, podemos retirar dela uma imagem geral, que podemos chamar aqui de “imagem referencialista de linguagem”, advinda, por sua vez, da ideia de que as palavras da linguagem denominam objetos. E um terceiro que aponta para a ideia de que toda palavra tem um significado; o significado será o objeto por ela representado; logo, toda palavra representa algo, isto é, tem um significado. A noção de significado (*Bedeutung*) corresponde ao objeto (*Gegenstand*) que a palavra substitui.⁷ Mas será que tal ideia de significação funciona perfeitamente para a imagem da essência da linguagem extraída da tradição filosófica? Será possível haver palavras que não representem necessariamente um objeto ou significados que não se correlacionem especificamente a algo dado? Ou quando eu digo uma coisa e quero dizer outra, como se dá isto? Voltaremos a estas questões mais tarde.

No entanto, o interesse de Wittgenstein na descrição de Agostinho sobre a essência da linguagem parece ir além de indicar o aspecto que se desenha no horizonte das teorias particulares da linguagem, parece-nos que ele indica ainda que a descrição do modo como aprendeu a falar coincide com uma certa concepção acerca da finalidade de uso da linguagem. No primeiro parágrafo da obra, Wittgenstein dá o exemplo do comerciante que como resposta ao pedido por “cinco maçãs vermelhas”, inicialmente “abre a gaveta sobre o qual está o

⁷ De modo geral, toda palavra tem uma representação, por exemplo, quando não estou em presença de uma porta não tenho a ideia da porta, mas uma representação (*Vorstellung*) através da palavra que me indica o significado.

signo 'maçã', procura a palavra 'vermelho' numa tabela" e com o dedo desliza até a amostra de cor da palavra; para o número "cinco" ele recita a sequência dos numerais até chegar ao número cinco e a cada número retira da gaveta uma maçã que tem a cor da amostra. Com isso o autor mostra que para explicar o uso das palavras pode-se perfeitamente levar em conta, para o uso do cinco a posição que ele tem na sequência de numerais, ou para o uso do vermelho, a sua correspondência na amostra de cores, no entanto, para que esta descrição seja possível nada que diga respeito ao uso independente de cinco ou de vermelho precisa estar em questão. Percebam que a procura por "o quê a palavra relaciona" não desperta nenhum questionamento, o comerciante segue a relação da amostra e encontra o produto, não tem como errar, é uma situação passível de ocorrer e não impõe nenhuma dúvida. Contrariamente a isso, o exemplo está incumbido de mostrar ao leitor a estranheza que pode causar quando se relacionam as palavras para cor ou números, entre outras, a cada um de seus objetos ou significados. Portanto, a questão central é saber como ele liga a cor vermelha com a cor da maçã. Imaginemos que não será ao deslizar seu dedo na amostra, já que nenhum dedo teria tamanho poder; por outro lado, por exemplo, seu dedo pode também apontar para outra cor, deslizar na diagonal (pode-se conferir no §86 as diferentes maneiras de consulta de uma tabela de cores). A resposta de Wittgenstein à pergunta sobre o significado destas palavras é a seguinte: "Tal coisa não está em questão aqui, mas apenas como a palavra "cinco" é usada" (PU §1). É a pergunta pelo uso que importa colocar. Nesse sentido, a citação de Agostinho é bastante apropriada para mostrar como as condições de uso são fundamentais para as condições de aprendizagem da linguagem e é

importante lembrar esse aspecto positivo da citação antes de adentrarmos à crítica da imagem extraída dela. Assim, entendemos que a citação das *Confissões* apresenta um lado que perfaz a crítica à ideia “filosófica” de significado, mais especificamente em relação à mediação entre palavra e coisa, e de outro, ressalta o valor da *praxis* para a linguagem através da aprendizagem da significação. Pretendemos ler as *Investigações* cotejando estes dois momentos, a nosso ver, complementares. Trataremos deles com mais profundidade no decorrer do texto.

Ora, que as palavras ocupam diferentes funções na linguagem parece óbvio. Mas o que não parece tão óbvio assim é o uso que se faz das palavras. No § 11 Wittgenstein ressalta a diversidade de funções das palavras em uma analogia com a caixa de ferramentas. Nela encontramos várias ferramentas, cada uma com seu uso. Uma chave de fenda pode parecer similar a uma broca. No entanto, uma serve para preencher um buraco, não podendo ser usada sem um parafuso, enquanto a outra serve para abrir um⁸. Apesar da aparente conexão, elas ocupam funções muito diferentes. Essa analogia nos mostra que o mesmo ocorre com as diversas espécies de palavras. Quando observamos as palavras escritas, impressas e, portanto, não ditas, percebemos uma uniformidade em sua formalização espacial e temporal (uma disposição sequencial) capaz de mascarar suas diferenças no uso. Além disso, essa questão começa por ressaltar o privilégio que Wittgenstein concederá ao contexto e às circunstâncias na interrogação sobre a linguagem. A partir dos escritos da década de 30, as referências ao contexto, ao canteiro de obras da linguagem, passam a ser relevantes para o filósofo. Contrariamente ao

⁸ Cf. WRIGHT, 1982. (MS 116 vol.XII, p.217)

conceito de significado de Agostinho, que passa pela ideia de que há para cada palavra uma referência, ou seja, um objeto que lhe corresponde. Esta aprendizagem ocorre através da correspondência apreendida e ensinada pelo procedimento de nomeação. O que ressalta essa concepção é o aspecto restritivo do significado e de seu uso, fornecendo assim um modelo uniforme de aplicação das palavras. No exemplo das maçãs, da noção de significado ali apresentada, não podemos inferir que a palavra esteja ligada a um significado. Isto é, que se uma palavra não significa nada ela carece de significado. No entanto, a concepção agostiniana está construída sobre a ideia fundamental de que “todas as sentenças são descrições”, como se pode perceber pontualmente no parágrafo de abertura da obra. Conseqüentemente, a concepção agostiniana somente faz referência a palavras designativas. Imaginemos como exemplo a concepção de uma escrita na qual utilizaríamos letras no lugar de acentos gráficos e como sinais de pontuação. Poderia haver alguém que compreendesse tal escrita, já que a cada letra corresponde um som e todas elas têm a mesma função.

A questão é: não nos guiamos pelas palavras e pelos nomes ao aprender e ao usar a linguagem? Para Wittgenstein, o papel deles é auxiliar-nos parcialmente, visto que não são os ingredientes de maior importância nesta tarefa. Apesar da concepção das sentenças como descrições ser um erro, como bem mostra o §23, contudo, ela não será tomada como um truísmo, já que uma linguagem pode não conter somente descrições, pois pode consistir inteiramente de ordens (PU §18) ou de perguntas e respostas (PU §19), por exemplo.

Assim sendo, a linguagem não tem a função essencialmente descritiva — de representar, expor em detalhes ou de relatar as características de algo, como se poderia pensar a partir da imagem agostiniana da linguagem. Para o filósofo medieval, a linguagem é entendida como um sistema de comunicação, a qual é apresentada parcialmente, ou seja, para um domínio estrito disso que chamamos linguagem, para um domínio em que prevalece a coisa ou sua representação. A crítica de Wittgenstein é bastante pontual, Agostinho falha ao desconsiderar a linguagem “em tudo aquilo que chamamos linguagem”, “na totalidade do que se pretende expor” (PU §3). A apresentação da linguagem como sistema de comunicação é útil na medida em que ela representa “um domínio estritamente limitado” da linguagem; para “um todo” esse modo de abordá-la não se configuraria nem se encaixaria com seu pano de fundo, a não ser parcialmente. Na perspectiva de Wittgenstein, não se pode inferir como ocorre o fenômeno da linguagem a partir da descrição agostiniana, o que se sabe é que esse fenômeno não pode ser completamente descrito pelo sistema referencialista de significação e que ele é capaz de explicitar somente uma parte do fenômeno da linguagem, como afirma Wittgenstein no parágrafo 3. Logo, ele se mostra um sistema inadequado e simplificador do conceito de significado e de linguagem. Caso se tome a linguagem apenas como um sistema de comunicação ocorre como se fosse dada a definição (ou critérios de lances) do que seja “jogo”, partindo somente de um tipo de jogo e aplicando-a a tudo o que chamamos “jogos” (Idem, *ibid.*). E, portanto, esta explicação seria considerada exata (dentro deste modo de pensar) se estivesse apenas limitada a esse tipo específico de jogo.

Desse modo, considerando a analogia feita pelo autor, se existe uma multiplicidade de funções para cada ferramenta, haveria também diferentes funções e empregos para os diversos tipos de palavras. “Assim como são diferentes as funções dos objetos, são diferentes as funções das palavras (e há semelhanças aqui e ali)” (PU §11). No entanto, no modo como nos habituamos a conceber a linguagem isso não nos é nítido, como bem delatou nosso autor. O que causa certa confusão é que tanto as palavras quanto as ferramentas se escondem sob a égide da uniformidade da aparência. Quando ditas ou escritas, *todas* as palavras são nomes e significam, assim como “*todas* as ferramentas servem para modificar alguma coisa” (PU §14). Tanto a palavra “dois” quanto as palavras “b” ou “dor” são nomes e servem para representar alguma coisa. No capítulo 33 de *Ser e Tempo*, Heidegger faz uma crítica parecida ao papel do nome. Segundo ele, quando consideramos uma proposição sob a perspectiva da predicação, encontramos aí o problema de uniformização do sentido das palavras que a compõem. Quando se propõe ao sujeito um predicado, quem determina o sujeito é o predicado, contudo, na perspectiva de proposição heideggeriana o que a determina não é o predicado, mas é o próprio martelo, por exemplo, na frase “O martelo é pesado demais”; o predicado cede lugar à coisa, ao sujeito — considerando o martelo não em seu uso, mas como coisa dada. Nesse sentido o que nos aparece da proposição é sua relação com a coisa.

Podemos dizer que o que ambos concordam é que a coisa não deve ser tomada enquanto tal, mas sim, como algo, como algo em seu uso. Heidegger vai falar que a articulação sujeito-predicado surge em uma demonstração que restringe a visão inicial do que se mostra como tal, o martelo, tornando

inteiramente apofânticas a posição do sujeito e do objeto. Retomar conceitos como os de sujeito e objeto para explicar o fenômeno do *lógos* faz com que se encubra e delimite a possível amplitude da abordagem. Diferentemente fez Wittgenstein, para quem tocar nos conceitos de sujeito, objeto e, mais especificamente, de proposição nas *Investigações Filosóficas* está fora de questão. Wittgenstein direcionou sua argumentação, ao que nos parece, para a abertura produzida pelo contexto e pelas circunstâncias (*Umständ*) (PU §33).

1.2 A APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM

Procuramos perceber o uso que uma criança faz da linguagem quando aprende a falar. É claro que não se ensina uma criança a falar através de explicações linguísticas, no momento da aprendizagem ela não dispõe ainda de capacidade intelectual suficiente para assimilar e processar descrições linguísticas. Por outro lado, quando a criança começa a fazer uso das palavras ela nem mesmo precisa ter as razões e justificativas devidas para estar fazendo uso de uma palavra, simplesmente porque a criança ainda não pode supor em seu aprendizado as regras comuns entre os falantes. Quando aprende a falar ela usa algumas formas primitivas de linguagem, todas elas ligadas à aprendizagem por repetição ou por um comportamento relativo à dêixis (do grego *Deiktikós*), isto é, apontar, fazer referência ao próprio contexto situacional.⁹ Tanto a repetição de uma palavra e sua posterior aplicação quanto

⁹ Cf. WITTGENSTEIN, 2009, §5

o gesto ostensivo de apontar é exercitado pela criança como um treinamento (*Abrichtung*), diz Wittgenstein, é assim que ela aprende a falar.¹⁰

Na língua alemã o verbo transitivo “Abrichten” designa “treino” por adestramento e pode ser empregado tanto para animais quanto para homens. Na nossa língua, este termo é quase que exclusivamente utilizado para se referir aos animais, contudo, nesta pesquisa e com referências às observações de Wittgenstein, ele está mais próximo do termo “ensinamento”, assim como utilizou Aristóteles no primeiro livro de sua *Ética* ao falar da aquisição da aprendizagem como um tipo de “adestramento”, como um modo de educar.¹¹ Com efeito, a palavra “treinamento” não é um sinônimo perfeito de “Abrichtung”, visto a sua dupla aplicação no português. Aplicada ao homem a partir dos matizes contemporâneos da palavra, o termo “treinamento” dá margem para uma interpretação mecânica e automatizada do homem e da linguagem. Longe de manter por mais tempo a discussão sobre o termo, lançamos mão da interpretação de Balthazar Barbosa Filho que entende o emprego deste termo “como sendo um artifício enfático deliberado” com a proposta de por em relevo este modo de ensino no corpo de sua obra.

Por outro lado, no entanto, há quem defenda este traço mecânico do termo, aproximando a maneira como uma criança aprende a linguagem e o modo como um animal é adestrado. Muito provavelmente se pense, aqui, na parte do ensino que “consiste em apontar para uma pedra de construção, dirigir a atenção da criança para ela e pronunciar uma palavra”, analogamente à

¹⁰ Cf. WITTGENSTEIN, 2009, §§5-6; PU §§ 249-250 e p. 229. FILHO, B. B.1972, p.63.

¹¹ Curiosamente, Aristóteles usa o termo “adestramento” na *Ética a Nicômaco*, este verbo em grego antigo – εκπαιδεύω, significa “dar educação”, mas contemporaneamente também é usado para os animais. Cf. ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, Livro I, cap.9.

situação na qual se aponta para um objeto, dirige-se a atenção do animal para ele, seguido de um determinado som.¹² Como se fosse possível fazer um recorte na circunstância de treino, além de por em relevo apenas seu aspecto formal.

No entanto, a aplicação desse ritual repetitivo, não autômato, tem no homem sua melhor e mais bem acabada expressão, visto que é possível fazer uso dele de modo bastante amplo, disseminando-os em outras frentes e usos. Já a sua aplicação ao animal é duvidosa, na medida em que o animal possivelmente, num primeiro momento, se volte para a ponta do dedo de quem aponta e não para a coisa apontada. A noção de treino que procuramos salientar difere do sentido demonstrativo restrito que ele possa vir a ter. Tomado em sentido amplo, treino é um exercício repetitivo sem a necessidade de explicação ao aprendiz dos procedimentos e nexos causais que possam decorrer deste ato. Ele se mostra como um exercício que, inicialmente, incute algumas relações entre nome e objeto, mas que tem como principal objetivo fazer com que o aprendiz faça uso de tal correspondência em outras circunstâncias e, portanto, empregando um mesmo som em sentidos variados – uma explicação suficiente desta questão implica o tratamento de outras questões que aparecerão no decorrer da pesquisa. A rotulação de o significado vir anexado a uma coisa somente pode ser pensada como uma preparação para o uso da expressão, este signo somente é inteligível e constitui-se como símbolo ao se pressupor um jogo de linguagem previamente dado, como diz Wittgenstein nos §§15, 26, 40. Por se tratar da significação a partir dos jogos de linguagem, é de extrema importância trazer à memória do leitor, que o treino

¹² Cf. WITTGENSTEIN, 2008b, BrB, p. 77.

pressupõe sempre um contexto de ação e somente como parte dele compete ao instrutor apontar para objetos enquanto profere a palavra e chama a atenção para eles. A este movimento, ou melhor, a este momento da aprendizagem, Wittgenstein recusa qualquer modo de definição das palavras, o aprendizado delas se dá antes por um ensinamento ostensivo de palavras - um ensinamento prático no qual não basta tomar a palavra através de uma demonstração ou explicação: exemplos, analogias, explicações e etc.¹³

Com esta proposta, o treinamento se põe no limite da nossa racionalidade ao contar com um contexto circunstancial no qual a criança se encontra para, somente em seguida, desmembrar-se em algo como uma demonstração. No entanto, “demonstração”, aqui, deve ser tomada como parte desta racionalidade; visto a necessidade de se apoiar num todo circunstancial. Assim, é na dependência de um contexto que as expressões devem ser consideradas significativas. O ajudante de construção lança o tijolo ao construtor tendo como pano de fundo um “cenário”, ou melhor, o canteiro da obra, e não um fundo vazio. Encontra-se implícito no exemplo do §2, o contexto, já que Wittgenstein se refere a ele como um jogo de linguagem.

O que pretendemos ressaltar com essa questão é que Wittgenstein parece indicar que o ensino ostensivo participa, originariamente, da nossa racionalidade — a pergunta que fica é: se há racionalidade, há linguagem, então, em que medida a racionalidade é considerado treino? Assim, a gramática de nossa linguagem se instituiria através do treinamento — dentro da perspectiva de que o gesto ostensivo é parte da nossa história natural. Para Wittgenstein é através de um treinamento com palavras, ensinar mostrando

¹³ Cf. PU §6

objetos, “chamando a atenção da criança para eles e pronunciando uma palavra, por exemplo, ‘lajota’, e exibindo essa forma” que ocorre o que há de mais natural na aquisição da linguagem e o que mais facilmente “ocorre entre os homens”, apesar de se poder imaginar outra coisa ocorrendo entre eles, esta é a parte mais importante, diz Wittgenstein (PU §6).

No ensino ostensivo, formalmente parte-se dos signos, eles são instrumentos da linguagem, o treinamento faz uso deles, contudo, há uma precedência do ensino ostensivo em relação à própria denominação. Sua precedência se dá na constituição do sentido, que ocorre ao considerar, essencialmente, o contexto dos jogos de linguagem, na medida em que, enquanto tal determinam a compreensão e aplicação de uma expressão. Sem dúvida, em algumas leituras comentadas da obra, concede-se um privilégio exagerado à aprendizagem ostensiva como ato fundamental na instauração do significado da palavra. Ao que nos parece, o ensino ostensivo pensado como treinamento não condena o aprendiz a um modo homogêneo de aplicação da palavra, ao contrário, tem como função, justamente, inseri-lo nos vários outros momentos do jogo de linguagem. Seria preciso, portanto, uma “instrução” para poder jogar e participar dele, mas não para aprender *um* lance somente do jogo de linguagem.

1.3 O EXEMPLO DOS CONSTRUTORES

O exemplo da seção 2 apresenta a finalidade das palavras e o modo como a linguagem funciona. A concepção simples de linguagem descrita por Agostinho considera o significado de uma palavra através do que ela nomeia,

ao mesmo tempo em que, através da abordagem de uma espécie primitiva completa de emprego da palavra, “dissipando o nevoeiro”, podemos obter a indicação do funcionamento da linguagem. (PU §5)

Então, como funciona a linguagem no exemplo 2? Será que, com o que foi dito até aqui, já podemos afirmar algo sobre seu funcionamento, tal como afirma Wittgenstein quando diz que podemos abranger claramente sua função e operação? Para responder afirmativamente a esta questão adentremos no parágrafo 6 das *Investigações*, procurando perceber dois modos de ver esse exemplo, um relativo à crítica à concepção agostiniana que diz que, com a nomeação temos a representação do significado, e o outro, que procura ressaltar o ensino do uso das palavras. Neste último traçamos nossa argumentação. Vejamos.

O exemplo apresenta o treinamento para a aprendizagem das palavras da seguinte maneira (pois é isso que ocorre entre os homens): “quem ensina mostra os objetos, chama a atenção da criança para eles, pronunciando então uma palavra, por exemplo, a palavra “lajota”, exibindo essa forma”. Tanto a primeira quanto à segunda visão, a da crítica e a do ensino, partem deste treino que estabelece uma ligação associativa entre a palavra e a coisa causada pela repetição. Contudo, esta ligação pode ser representada de forma muito diferente uma da outra. A forma mais difundida e fácil de pensar esta relação entende que quando a criança ouve a palavra forma-se em sua mente uma imagem da coisa. Esta forma de emprego dos sinais a que se foi treinado reflete o funcionamento da linguagem, pois sempre que se “pronuncia uma palavra, uma tecla é tocada no piano da representação”, assim, a criança que aprendeu a usar a palavra “lajota”, ao escutá-la, primeiro a representa em sua

mente para depois se referir à própria coisa, dito de outro modo, é necessário um processo interno de representação da coisa para que a possamos significar. Aqui, a noção de uso da palavra está atrelada à noção de significado enquanto coisa, algo que Wittgenstein pretende desvincular, ao que nos parece, analisando as formas mais simples de uso das palavras, isto é, de aquisição da linguagem – trataremos disso posteriormente.

Será esta a finalidade da linguagem, pergunta-nos Wittgenstein? Causar representações na mente? Se considerarmos um jogo específico, sim. Por exemplo, num laboratório onde há uma máquina que relaciona as ondas neuronais de alguém a um grupo de coisas, podemos brincar de dizer palavras enquanto outro se incumba de representá-las com acerto. O que esta pessoa aprende é a responder com uma imagem da coisa, mas não a usar a mesma palavra em outras circunstâncias ou contextos variados. No segundo caso, o do ensino, a ligação se dá sem que a linguagem tenha que “despertar representações”, na medida em que, quem representa está efetivamente “compreendendo” a palavra. Wittgenstein chama ensino ostensivo das palavras ao caso em que a pessoa passa a apresentar, através do treinamento e do exercício da associação, um certo “saber” sobre os variados modos de empregar a palavra de acordo com as situações que se pode encontrar – nesse caso, há regras, mas elas não formam um sistema ou um padrão do modo de agir, como veremos no capítulo III. No entanto, não podemos negar que quem compreende uma palavra deve saber usá-la em qualquer situação. Mais do que isso, deve poder tornar o sinal uma expressão com sentido em toda e qualquer situação em que for empregado. Assim, o modo de representar esta ligação é através do ensino ostensivo das palavras. Uma criança que

aprendeu o nome de cor “laranja” quando vê um picolé de tangerina, diz: “Laranja!” referindo-se à cor. Mais tarde ela entende que o mesmo nome é usado para fazer referência a uma fruta. E assim passa a empregar a palavra e a compreendê-la. Numa forma mais madura deste aprendizado, podemos pensar na palavra dentro de um poema.

Falamos da compreensão de uma frase no sentido de que ela pode ser substituída por uma outra que diz o mesmo que ela; mas também no sentido de que ela não pode ser substituída por nenhuma outra. Num caso está o pensamento da frase, o que é comum a diversas frases; noutra, algo que somente essas palavras, nessas posições, exprimem. (Entender um poema) (PU §531).

Continua Wittgenstein:

Mas, como se pode, neste segundo caso, explicar a expressão e transmitir o seu entendimento (*Verständnis*)? Pergunte-se: como se leva alguém ao entendimento de um poema ou de um tema? A resposta a esta questão diz como aqui se esclarece o sentido. (PU §533)

(Lembrando que estas questões serão retomadas no tópico “O problema da interpretação” no capítulo III). Portanto, dentro desta instrução (treino), deste contexto que “regula” o uso da palavra, ela adquire certa compreensão. “Dentro de outra instrução, o mesmo ensino ostensivo desta palavra teria efetivado uma compreensão completamente diferente”, porque para considerar que “aciono o freio ao ligar a barra com a alavanca” é preciso considerar todo o mecanismo restante. O significado depende de certa instrução que, por um lado, advém da totalidade, do contexto circundante, em que a palavra pode vir a estar inserida e, por outro lado, de uma instrução determinada, de uma

referência partilhada para se denominar alguma coisa, é nesta perspectiva que a noção de “treino” é aprofundada. É através do ensino ostensivo das palavras (*hinweisendes Lehren der Wörter*) e de treinamento (*Abrichten*) que aprendemos a usar as palavras.

1.4 A DEFINIÇÃO OSTENSIVA DAS PALAVRAS E A CONCEPÇÃO AGOSTINIANA

“O ensino da linguagem não é uma explicação, mas um treinamento”¹⁴ (PU §5). Para a criança o significado da palavra ainda não corresponde a uma definição e, se ela não está capacitada para perguntar pelo significado do nome, não pode haver a denominação do objeto e, portanto, de seu significado. Visto que somente a denominação de algo me traz seu significado. Poderíamos imaginar um modo de falar onde não se contasse com o ensino ostensivo, e já nascêssemos com a habilidade para falar a língua materna. Nesse caso, a definição ostensiva apareceria como a explicação do significado das expressões, através dela uma definição apropriada do significado constituiria um critério do entendimento. É deste modo que Wittgenstein vê a descrição da aprendizagem humana da linguagem por Agostinho. Como se a criança chegasse a um país e já pudesse pensar, já tivesse uma linguagem, mas não pudesse falar ou se comunicar, pois não teria aquela linguagem. Para ele, a criança aprende uma língua como se já possuísse uma linguagem e estivesse aprendendo uma segunda, já que para compreender “laje” deve reconhecer a que me refiro. Quando digo “Isto é vermelho”, devo pressupor que a criança

¹⁴ Cf. WITTGENSTEIN, 1967, *Zettel*, §419

sabe que vermelho se refere à superfície da coisa e não à própria coisa. É o caso também de se procurar elucidar um objeto dizendo, por exemplo, “Isto se chama lápis”. Quando digo isto, estou me referindo a sua forma, cor, material ou a alguma propriedade do objeto? Além disso, saber que o que vejo se chama “lápis”, não me leva a ser capaz de aplicar este nome a outras coisas, afinal, o que mais devo chamar “lápis”? Neste caso, para que a definição ostensiva ocorra um domínio da linguagem precisa ser pressuposto, isto é, que o aprendiz saiba como usar as palavras, que ele “já domine um jogo” (§31)

Como veremos mais tarde, para Wittgenstein, a definição ostensiva pressupõe um “conhecimento” da linguagem. Já para a concepção agostiniana, a definição ostensiva determina os fundamentos da linguagem, sendo de extrema importância para o seu surgimento e funcionamento. O que a concepção agostiniana supõe é que as palavras possuem a função de “lembrar” ou de “admoestar” (*admonere*), já que as palavras enquanto sinais não possuem nenhuma força constitutiva de conhecimento. Considerando essa característica da concepção de linguagem de Agostinho, é preciso que ele pressuponha um contato com o conhecimento, isto é, uma “linguagem” anterior que permita a conexão entre as palavras e coisas. Encontramos, então, o pensar como uma linguagem inata, anterior e silenciosa, capaz de relacionar palavra e coisa.¹⁵ Agostinho supõe que a criança já pode pensar (por exemplo,

¹⁵ Portanto, o conhecimento seria um movimento do EXTERIOR para o INTERIOR. Os signos e as coisas remetem ao “Mestre Interior”, à Verdade (essa consulta interior é um ato de fé, segundo ele). Assim, toda verdade é, em si, transcendente, vem de fora do homem, o ultrapassa. Mas todo conhecimento opera na interioridade, sem que nada do exterior entre neste processo interno. O que ocorre é que ao notar um signo, este estimula o homem a procurar o conhecimento, a aprender. Se o que foi dito é verdade ou não, quem nos ensina é o Mestre Interior. Logo, todo conhecimento verdadeiro não está nas coisas, nem em nós mesmos, mas em um elemento originário, DEUS, que fornece os meios de estimulação para chegarmos à verdade, as PALAVRAS. A verdade é anterior a nós e às coisas, ela não veio de nosso interior, mas é lá que a encontramos. Os signos nada ensinam porque quem ensina é o

falar para si mesma — como se já pudesse relacionar uma definição ostensiva dada para si mesma), mas não pode falar nossa linguagem pública, digamos assim. Por quê? Porque ele supõe que a criança já está hábil, com capacidade para “adivinhar” o que os adultos estão falando, por exemplo, de cores e não de formas ou do número e nem mesmo da textura. Então a criança já deve possuir uma linguagem no pensamento, ao menos, para ser capaz de aprender a linguagem dos adultos. Esta síndrome filosófica responde a um problema recorrendo à mistificação (lembramos-nos da segunda parte da citação usada na abertura do livro) de que toda a atividade de significar é dada por um ato mental que prende a palavra “círculo” à forma e a palavra “vermelho” à cor. Engana-se, portanto, ao identificar o significado de um nome ostensivamente definido com o que se aponta. Se entendermos que definimos “azul” apontando para a cor, esquecemos que ao apontar para a cor apontamos tão somente para o objeto que tem a cor azul, logo, esse objeto não é o significado de azul e nem é sua cor. Temos a impressão que se penso em “Pedro” ou falo sobre ele é porque haveria uma conexão do que digo com “Pedro”. Mas como o que digo se conecta com “Pedro”? Ainda que isto ocorra, devo considerar, principalmente, que muitas pessoas são reconhecidas pelo nome “Pedro”. Isso significa que o nome “Pedro” não é suficiente para expressar esta ligação. A sofisticação deste engano se deu com Frege e Russel que ao partir da tese de que todo nome (genuíno; original)¹⁶, sob análise, representa alguma coisa e o

Mestre Interior, da mesma maneira que os signos não alcançam a Verdade da coisa, pois sendo a linguagem um conjunto de signos, a essência das coisas a transcende.

¹⁶ Todo nome genuíno representa um objeto que não pode cessar de existir. Esse nome real serial tal que nunca deixaria de ter um portador, portanto, “isto” seria um exemplo de um nome real. Pois, para o “isto” nunca falta um portador, no entanto, como diz Wittgenstein, isso não faz

que ele representará é seu significado, então, a diferença no uso das palavras para “cor” e para “forma” estaria na natureza dos objetos apontados e nomeados, a justificativa de tal afirmação estaria em eles serem de diferentes tipos lógicos.

Logo, para a concepção referencialista “aprender a falar consiste em nomear objetos” (§26), é pela relação de denominação que a linguagem pode estar relacionada ao mundo (ver §383). Na perspectiva crítica de Wittgenstein à sua obra de juventude, a linguagem é tida como um instrumental de funcionamento homogêneo, pré-concebido e ao qual a realidade deve corresponder. Assim, as palavras só têm significado se as expressões se relacionam com os objetos que significam, é pelo fato de vir anexado a uma coisa que o significado ocorre.

1.5 AS FALSAS ANALOGIAS NA LINGUAGEM

Wittgenstein começa por apontar, nos parágrafos iniciais, a arbitrariedade dos sistemas filosóficos que operam no âmbito da concepção agostiniana de significado, ao apresentar as razões pelas quais eles tomam pronomes demonstrativos por nomes na necessidade de se encontrar um portador para eles, sobrelevando, portanto, a relação referencial entre palavra e coisa ao se pensar a essência da linguagem.¹⁷

da palavra “isto” um nome, porque um nome não é, tipicamente ou comumente, usado com gestos ostensivos, mas somente é auxiliado por eles. (Cf. PU §40) O nome pode ser explicado através do gesto ostensivo, tal explicação não ensina a linguagem como um todo para a criança, o gesto ostensivo apenas auxilia o treinamento para as palavras.

¹⁷ Cf. PU §92

No parágrafo 38, Wittgenstein nos fala de diferentes espécies de palavras chamadas “nomes”; por exemplo, nomes de pessoas, lugares, animais, objetos, cores, gostos, direções, números, etc., inclusive os pronomes demonstrativos são empregados e ditos “nomes”, por exemplo, quando digo: “O que é isso?”. A relação referencial entre palavra e coisa se ancora num princípio adotado por Russel, no qual uma sentença tem sentido apenas se cada um de seus membros tem significado; cada um dos elementos de uma proposição deve ter seu correspondente na realidade. Essa imagem da linguagem se manifestaria, *grosso modo*, no privilégio concedido a certo tipo de palavra que, à primeira vista, se adéqua e se conforma com o objeto possibilitando assim sua significação, tomando por sua essência esta relação de designação. Veremos que no caso de palavras como “e”, “ou”, “isso”, entre outras, a relação de designação acaba por forçar um encaixe a algo de modo a promover um significado mútuo entre a palavra e o denominado. O propósito da palavra, portanto, não é evocar imagens ou representações, mas estabelecer uma ligação associativa entre a palavra e a coisa.¹⁸ O que significa, propriamente, estabelecer essa associação? Quando alguém ouve a palavra, imediatamente ocorre a imagem do objeto em sua mente, então, supondo que esta imagem associativa aconteça, ao ouvir a palavra pensa-se na coisa, isso pode acontecer ou não, ressalta o autor. Caso aconteça, caso uma palavra busque na nossa mente uma imagem dela, será legítimo pensarmos que dessa maneira alcançamos a significação da expressão? A questão é saber se é esta a maneira de se entender a ligação associativa entre palavra e coisa que nos fala Wittgenstein.

¹⁸ Cf. PU §6

Um exemplo comum para se pensar esta relação é através do pronome demonstrativo “isso”, apesar de não ser um nome pode ser admitido como um. Dito de outro modo, através dele é possível denominar alguma coisa, proferindo a palavra “isto” e apontando para alguma coisa. Consideremos esta imagem da relação associativa levantada por Wittgenstein e veremos que é justamente isto que caracteriza um nome. Mas será que este demonstrativo é realmente um nome, apesar de ocupar o mesmo lugar na frase que um nome?, objeta nosso autor. Caso seja um nome, o que, afinal, ele denomina no jogo de linguagem do §8? Ou na explicação ostensiva “Isto se chama...”? Por mais que chamemos “nome” a coisas muito distintas, este demonstrativo não se encaixa no tipo de uso que fazemos desses nomes, pois não existe um objeto no qual ele possa amparar-se. Aparece aqui uma primeira objeção à imagem retirada da citação de Agostinho de que o significado de um nome seja o objeto por ele representado. Se não há um objeto a ser relacionado, como explicar a declaração “Isto se chama ‘isso’?”. A possibilidade de este demonstrativo ser definido ostensivamente, reforça ainda mais o encaixe forçoso que aí se dá.

O mesmo ocorre se usamos a palavra “Nothung” em uma frase e, no entanto, esta espada não existe mais, está destruída. Neste sentido, o que ocorrerá é que, uma vez que nada corresponde a nothung e, por consequência, a frase fica sem significado, teremos que admitir, suposta a percepção referencialista da linguagem (esta, indicada por Wittgenstein como imagem agostiniana), que algo deva sempre corresponder a este tipo de palavra. Assim, no lugar de nothung o que é designado é substituído por palavras que denominam algo simples. É importante perceber aqui a importância do papel atribuído à linguagem descritiva de tal maneira que esse processo de

designação torna-se bastante misterioso e oculto. Sobre essa conexão, diz Wittgenstein:

Ocorre quando o filósofo procura evidenciar a relação entre nome e coisa, fita um objeto diante de si e repete o nome ou mesmo a palavra “isto” inúmeras vezes, como se as palavras “Isto é...” fossem perpassadas por um poder mágico, como no caso de olhar um objeto colorido e dizer “Isto é azul”. (PU §38)¹⁹

Portanto, nesta chave interpretativa, a comunicação ocorre porque as palavras são imediatamente acessadas ou evocadas como se “tocássemos numa tecla do piano da representação” (PU §6). No entanto, esse processo de nomeação ou associação que se assemelha ao ato de colar uma etiqueta em alguma coisa, serve a essa imagem apenas como certa instrução no aprendizado da linguagem e de modo algum tem papel preponderante no surgimento da significação.²⁰ A denominação, assunto que aprofundaremos posteriormente através da noção de definição ostensiva, “não é ainda nenhum lance no jogo de linguagem”, ela é meramente “uma preparação para o uso da palavra” (PU §26). “Preparação” no sentido de que ela ainda não atesta a constituição do sentido, já que para isso é preciso pressupor um jogo de linguagem previamente dado. Não seria, portanto, a denominação a única maneira de ligar a linguagem ao mundo já que, como vimos anteriormente, a

¹⁹ Wittgenstein afirma que “podemos imaginar, de fato, que nomear é um ato notável da mente, como se fosse o batismo de um objeto”. Ao declarar um nome com tamanha concentração — ao repeti-lo diversas vezes — nós pensamos ter descoberto qual a relação entre nome e objeto simplesmente ao analisar minuciosamente o ato do batismo, isto é, o ato de conferir um nome ao objeto. Como se entendêssemos que por chutar muitas vezes a bola para fora da rede, fosse esse seu objetivo.¹⁹ Portanto, usar a palavra “isto” para um objeto é curiosamente esquisito e alheio.

²⁰ Cf. PU §§15, 26.

significação não funciona sempre do mesmo modo.²¹ Assim sendo, não é suficiente saber o que uma palavra denota para poder perguntar sobre a sua significação. É bastante pertinente e clarificadora a afirmação de Balthazar Filho:

Se, como paradigma de toda significação, qualquer que seja a expressão linguística em causa, só tivermos olhos para a relação entre um nome e um nomeado, entre “Pedro” e Pedro, então, quando na presença de uma expressão qualquer (por exemplo, “compreender”), a respeito da qual é preciso decidir se é ou não “significativa”, o filósofo necessariamente se sentirá obrigado a descobrir ou postular o *Etwas* fugidio que ela deve forçosamente representar.

1.6 A LINGUAGEM PRIVADA E A LINGUAGEM REFERENCIALISTA

Wittgenstein usa o argumento de uma linguagem privada para mostrar a “ilusão gramatical” advinda da concepção agostiniana da linguagem (PU §307). Ele pede para que imaginemos uma linguagem onde as palavras devem se relacionar com o que só quem fala pode saber; isto é, com suas sensações imediatas e privadas (PU §243). Portanto, outra pessoa não entenderia esta linguagem,²² justamente por ser uma linguagem pertencente a um único falante, o acesso a ela está fechado de antemão. Ainda que esta pessoa tivesse acesso aos sinais, ela não os entenderia. Este argumento vem ressaltar uma concepção de linguagem na qual essa estrutura é admissível. Nesse sentido a crítica de Wittgenstein a uma linguagem privada destina-se a atingir a racionalidade e a cultura que dão significação a esta estrutura. Procuraremos

²¹ Cf. PU §§ 3 – 14, 304.

²² Cf. PU §243

mostrar que esta permissão lógica é decorrente das implicações teóricas envolvidas na concepção agostiniana de linguagem. Antes de abordá-las examinemos a própria noção de “linguagem privada”.

Essa linguagem não é como a linguagem de uma comunidade de pessoas que se comunicam através de monólogos, uma linguagem que pode ser considerada cotidiana. Um assaz observador, ou seja, uma pessoa estranha à comunidade poderia compreendê-la; poderia traduzir essa linguagem para a sua e veria como eles empregam os monólogos às suas ações, comportamentos e gestos, etc.²³ Já a linguagem privada descrita por Wittgenstein não traz a possibilidade de um compartilhamento observável, não há manifestação de intersubjetividade nela, porque outra pessoa não é capaz de compreendê-la por não ter acesso. Não queremos dizer com isso que a existência de uma linguagem implica necessariamente numa propriedade que deve ser partilhada por uma comunidade de falantes; o ilhado personagem Robinson Crusóé, isolado socialmente, por exemplo, nos mostra que a atividade da linguagem envolve regras somente se provida de uma instância social. A questão que se põe não é seguir uma regra privadamente, mas seguir uma regra “privada”.²⁴

Na linguagem “privada” associa-se um nome a uma sensação e passa-se simplesmente a utilizá-lo na descrição sem que estejam associados à “expressão natural de uma sensação”, isto é, partilhada por outras pessoas que conhecem esse modo de comportamento, ou seja, o uso que está associado à significação. (PU §256) Contrariamente à linguagem dos monologistas, a linguagem privada diz respeito a um único interessado, já que seu conteúdo

²³ Cf. PU §243

²⁴ Cf. HACKER, 1989, p.253.

semântico gira em torno exclusivamente da representação de suas próprias sensações. Imaginemos o caso de alguém que escreve um diário no qual o signo “S” representa determinada sensação; ele repete esse signo em suas anotações sempre que tiver tal sensação. Como ele saberia que foi a mesma sensação a que teve antes e que está tendo agora? Esse modo espelha o que acontece na definição ostensiva da palavra, com o diferencial de não se poder apontar para a sensação. Logo, se diz e escreve o signo ao mesmo tempo em que se concentra a atenção na sensação – “aponto, por assim dizer, interiormente para ela”. (PU §258). Ao que parece, a descrição continua a cumprir o papel de fixar o significado ao signo. Vê-se claramente que essa concepção está em consonância com a concepção de linguagem como representação. Como bem lembra Faustino (1995, p. 40):

[...] suas palavras, sinais ou expressões espelham no plano simbólico a privacidade essencial ou natural das sensações às quais se referem no plano real. Como se a linguagem de alguma forma pudesse conformar-se à natureza do que representa.

Wittgenstein entende que conceber o uso de proposições para representar estados, eventos e processos internos não passa de uma “ficção gramatical”, uma concepção errônea do funcionamento da nossa gramática. (PU §307).

Com efeito, o fundamento da concepção de linguagem privada surge das implicações teóricas envolvidas na concepção agostiniana de linguagem que são:

1. Saber o que a palavra significa é compreender todo o seu emprego. (PU §264). Isto é, saber a significação de uma palavra equivale a apreender a

essência do objeto designado. Essa premissa é evidentemente referencialista: todo signo traz um significado que o caracteriza e ao qual se tem acesso previamente à compreensão e às regras de utilização do signo;

2. Fixamos o significado de uma sensação através de uma definição ostensiva interna (PU §258). Mas é possível fornecer uma regra lógica hábil de aplicação do nome da sensação?

3. A proposição sobre uma sensação na linguagem privada também ganha o estatuto de uma descrição (PU § 256). Isso significa que a representação de estados internos, numa proposição, estaria subsumida ao princípio da bipolaridade. Ou seja, toda descrição de um estado de coisas possíveis deveria ser ou verdadeira ou falsa, excluindo uma terceira possibilidade. No entanto, se a linguagem privada diz respeito a uma única pessoa, então, como ocorre uma explicação privada das sensações ou, antes disso, como garantir os critérios de significação para essa linguagem? ²⁵ Esses pressupostos são claramente “agostinianos”, e são os pressupostos nos quais a concepção de linguagem privada está enraizada. Assim, é dando voz à noção de “linguagem privada” que Wittgenstein aprofunda e perfaz sua crítica à imagem agostiniana da linguagem, presente desde o início das *Investigações*.

Na gramática da linguagem privada não faz sentido estabelecer um padrão, pois só faz sentido imaginar tal atividade no contato com outros indivíduos; é partilhando um padrão estabelecido e tornando possível a censura externa da ação de alguém que se torna reconhecível o erro ao se empregar uma palavra. Investigar a natureza das sensações significa, para Wittgenstein, investigar e assinalar a importância das regras serem governadas

²⁵ Cf. PU §§262-63.

por critérios públicos, isto é, terem um fundamento social, serem acessadas por todos. Seguir e aplicar uma regra significa seguir uma “técnica”, seguir um modo de aplicação de regras em atividades lingüísticas públicas. Nas *Observações Filosóficas*, Wittgenstein diz que a experiência do sentimento de dor não é a experiência pessoal de algo; o que se distingue nela é uma intensidade, um lugar, etc., mas não um proprietário.²⁶ Uma pessoa não pode ser considerada uma “característica da própria dor” (WITTGENSTEIN, 1975, VI, §61) Quando se diz “Eu tenho dor de dente”, a própria pessoa não constitui esse fato, apesar da dor não ser pensada sem um sujeito, ele, na contraparte simbólica, não é necessário: do ponto de vista simbólico a dor não tem possuidor.²⁷ Mesmo que a dor não seja tomada como um *sense datum*, mas antes como um fenômeno físico, ainda assim a idéia de posse privada de algo desaparece, é inútil e sem sentido.

Nas PU §293 Wittgenstein diz: “se nós construímos a gramática da expressão de sensação sobre o modelo de ‘objeto e designação’, o objeto afasta-se da consideração como irrelevante”. A própria possibilidade de descrição, essência desse modelo, se torna obsoleta se aplicada a experiências psicológicas privadas. O seu principal objeto de estudo que é o fenômeno físico, deixa de existir, pois não é possível aplicar a gramática própria a expressões sobre objetos físicos, a experiências psicológicas privadas esperando encontrar resultados satisfatórios, isto é, encontrar “a idéia de privacidade do *sense data*” (FAUSTINO, 1995, p.47). Outro problema da definição ostensiva interna é o critério de correção da identificação do signo com a sensação. Um critério que nunca será suficiente, visto que, como

²⁶ Cf. WITTGENSTEIN, 1975, VI, §64.

²⁷ Cf. WITTGENSTEIN, 1975, VI, §64.

dissemos anteriormente, não se pode distinguir entre ser correto e parecer correto, pois não há outra instância julgadora além de si mesmo. Quando ocorre a definição ostensiva privada não há uma técnica de aplicação em questão e, conseqüentemente, nem uma prática de aplicação. Ela aparenta envolver uma técnica regular de aplicação, mas não envolve nenhuma. Já que a conexão entre a palavra e a regra para seu uso (por exemplo, uma definição ostensiva) deve ser proposta na prática de sua aplicação.²⁸ No entanto, o que vemos na linguagem privada não é o uso de uma técnica que possa ser partilhada, isso exclui qualquer técnica ou critério nesse jogo de linguagem, se assim se pode falar. O que o autor procura afirmar com a questão da linguagem privada é que para falarmos de nossas experiências privadas é preciso considerar a mediação de um jogo de linguagem público.

CAPÍTULO 2: O DOMÍNIO PRÉVIO À DEFINIÇÃO

2.1 A DEFINIÇÃO OSTENSIVA

O uso da definição ostensiva na aprendizagem da linguagem, ao modo referencialista, projetou um erro gramatical, na medida em que o uso do signo ocorreu “como se fosse um objeto coexistente com o signo” (WITTGENSTEIN, 2008b, p.05). O que procuraremos mostrar neste capítulo é que a utilização do signo não deve pertencer ao próprio signo, mas antes se vale do signo como

²⁸ Cf. PU §197.

uma maneira de animá-lo. A importância da definição ostensiva como estímulo e propulsão ao uso das expressões é o que procuramos nos aproximar agora.

Parte-se da tese de que existem muitos tipos diferentes de enunciados sobre uma coisa e muitos sentidos diferentes para uma palavra, assim sendo, “a definição ostensiva pode, em cada caso, ser diferentemente interpretada (*gedeutet*)” (PU §28). Ou seja, quando definimos ostensivamente uma palavra não posso dizer que com “Isto é um lápis” se possa distinguir entre referir a sua forma, cor ou número, por exemplo. Quando digo “Moisés não existiu” posso com isso significar muitas coisas: “Que os israelitas não tiveram um guia quando saíram do Egito”; “Que não tenha existido um homem que realizou tudo o que a Bíblia narra a respeito de Moisés” ou, na voz de Russel, “Que o nome Moisés pode ser definido por meio de diferentes descrições” (PU §70). Ora, para saber o sentido em que a proposição foi empregada devemos saber antes o que “se tem em mente” com tal afirmação, o que “se quer dizer” com a afirmação. Pois qualquer definição que aceitamos para a frase “Moisés não existiu” adquire um sentido distinto. Encontramos, assim, a função das definições ostensivas na aprendizagem da linguagem, definições que tanto podem ser verbais ou ostensivas: atribuir significado a uma palavra — lembrando o que foi dito no capítulo I. Portanto, ao ensinar a alguém o uso da palavra “amarelo”, apontando repetidamente para uma mancha amarela e pronunciando a palavra (poderia ser ensinado recorrendo a qualquer espécie de definição ostensiva), a forma de ensino se dá por repetição. E quando lhe dou a ordem: “Escolhe de dentro deste saco uma bola amarela”, o que ocorre quando ele obedece a esta ordem? O ensino lhe proporciona uma regra através da qual ele escolhe a bola corretamente. A regra deu a ele a razão

para o fato de ter executado a ordem da maneira como o fez. Podemos não encontrar uma razão para determinada definição, posso não compreender porque “Moisés” poderia não ter existido para os israelitas, até haver uma justificação daquela definição. Portanto, é preciso que haja uma justificativa para o uso de uma definição. Podemos não aceitá-la, principalmente, se ela ficar ao nível do “parece que...”, pois seria mais facilmente aceita a justificativa de alguém que “aprendera” a avaliar determinado caso. Este tipo de aprendizagem do amarelo, por exemplo, pode ser proporcionado também por uma tabela, gráfico ou algo deste tipo. Ao usar uma tabela, eu deixo definida a cor que remete ao signo “amarelo” e o modo como devo usá-la. “A tabela aparece, portanto, como uma regra pela qual ele se orienta ao executar uma ordem” (§86). Agora, parece que seria importante nos basear no que se entende por “Moisés”, “israelitas” ou o que se chama “Egito”, “amarelo”, “bola”, etc., ou seja, que chegássemos a uma explicação última para estas palavras, mas isso não é conveniente na medida em que jamais chegaríamos a acessar o que realmente a pessoa que dá a justificativa tem em mente com cada uma de suas palavras.²⁹ Então, tanto no caso de saber o que se pretendeu dizer com a sentença sobre a existência de Moisés quanto sobre o uso da palavra “amarelo”, mostra-se necessário que toda possibilidade destas afirmações esteja justificada. O que a definição faz é auxiliar na orientação da compreensão da palavra, isto é, no modo como ela será empregada, contudo, esse auxílio não garante que uma definição seja exata e determine os passos que se deva dar para a compreensão do significado da expressão, mas só garante que ela possa ser empregada. Sobre as regras trataremos no capítulo

²⁹ Alusão ao *Tractatus* e aos seus objetos simples, tais como, vermelho, escuro, doce (Cf. PU §87)

III, agora importa-nos saber como se dá o processo de compreensão e, num segundo momento, como se compreende uma ordem, isto é, como uma regra encontra-se envolvida neste processo.

Vimos que a definição ostensiva pode ser interpretada diferentemente em cada caso, contudo, em sua função cumpre-se tão somente a nomeação de alguma coisa, ou poderíamos dizer, de certa delimitação de algo, mas não uma possibilidade interpretativa aberta. Isso quer dizer que esta característica possibilitadora de interpretações não surge propriamente da definição ostensiva, mas da sua dependência de algum outro domínio articulador do sentido. Ou seja, para obter o entendimento desejado é preciso supor, de maneira essencial, o domínio prévio da linguagem e do sentido. Vejamos as indicações de Wittgenstein sobre esta questão.

2.2 A PRÉ-COMPREENSÃO DO SENTIDO: O DOMÍNIO PRÉVIO À DEFINIÇÃO

No §31 Wittgenstein faz uma analogia que ilumina a questão que procuramos defender, do significado apoiar-se sobre algumas condições prévias. Diz ele, imaginemos três aprendizes do jogo de xadrez. O primeiro conhece as regras do jogo, portanto, reconhece que há uma peça chamada “rei” e quais são as suas possibilidades de movimentação, mas não sabe qual é a forma da figura do rei, isto é, qual é a figura referente ao “rei” (a correspondência que este aprendiz faz à “forma da figura” de jogo diz respeito apenas a um som ou, no máximo, à forma de uma palavra). Pensemos na situação em que, agora, apresentamos a ele a figura do rei, e vemos que esta apresentação não o torna mais capaz de fazer uso da peça. O fundamental é

que ele saiba seu modo de atuação. Tanto para uma demonstração quanto para a outra, parece-nos que fica sempre faltando sua contraparte física, a peça, mas isso é apenas aparência, diria nosso filósofo.

O segundo aprendiz pode jogar em concordância com as regras assimiladas por ter observado diversos jogos de tabuleiro em variadas situações. Ele não obteve, portanto, explicações explícitas das regras, mas se lhe damos a elucidação “Este é o rei”, ainda que a forma da peça não seja comum a ele, esta explicação o auxilia a usá-la corretamente, pois “já estava preparado o lugar no qual ela foi colocada”, ele já reconhecia os movimentos daquela posição. (PU §31). Porém, ele nunca formulou explicitamente essas regras, mas se perguntarmos como a peça do rei se move ele nos mostrará. Ele não confundirá a posição do rei com a da rainha, contudo, ele os move mesmo sem conhecer a definição do rei e a da rainha no jogo.

O terceiro e último aprendiz apresenta outra situação, pois quando dizemos “Este é o rei e pode ser movimentado assim e assim, etc., etc.”, ele, por já ter jogado outros jogos ou “observado o jogo de outros ‘com compreensão””, ele sabe o que é uma figura de jogo, mas para ele a definição de “rei e seus movimentos” não passam de uma elucidação de palavras. Portanto, ele não sabe nenhuma regra sobre o jogo de xadrez, mas a sua instrução se deu porque ele já estava familiarizado com o jogo, pois ao jogar e assistir a jogos variados sabe o que é um tabuleiro, uma peça, um comando, uma norma do jogo, etc. É apenas neste momento, diz Wittgenstein, que o aprendiz poderá questionar com total propriedade esta situação ao perguntar, por exemplo, “Como se chama isto? Esta outra peça?”. Ou seja, não basta o lugar estar preparado para a peça é preciso que ele tenha uma compreensão

do entorno ao jogo, ele precisa “dominar” um *jogo* previamente ao ato de aprender e este jogo é o jogo *da* linguagem ou *das* linguagens. Além de saber o lugar que cabia à peça do rei, ele é capaz ainda de poder questionar a situação, dominá-la. O ensino ostensivo se constitui justamente nesta prerrogativa.

Nos dois últimos casos, os aprendizes já dominam um jogo, tanto um quanto outro já sabe o lugar da figura de jogo, mas no segundo caso o aprendiz *pode (können)*³⁰ usar a palavra “figura de jogo”, pois ele sabe como usá-la, seja numa pergunta, seja numa posição no tabuleiro. Essa familiaridade com o jogo de xadrez está intrinsecamente unida às circunstâncias de jogar uma partida³¹.

Com efeito, o uso da peça de xadrez só pode ser ensinado quando se souber o que é “uma figura de jogo”, isto significa, ele precisa dominar (compreender) um âmbito prévio à própria definição ostensiva recebida de “rei” ou sobre as outras peças. Assim, saber usar uma expressão antecipa-se à possibilidade de questionar uma denominação.³² A simples definição da peça “rei” no xadrez, não explica com isso o uso da peça. Assim, já não vale falar que a “compreensão” passa pela definição ou explicação da palavra se ela está

³⁰ “‘Dominar’ uma base de significações previamente dadas” pertence a um *können*. Isto é, pertence a uma “capacidade” (prática e não intelectual) de fazer e de poder compreender a palavra. No uso que fazemos da palavra “saber” (*wissen*) ou estar claro (*klar sein*) a compreensão aparece como um poder-fazer (*können*) antes mesmo de um saber-fazer. É nesse sentido que nos dirigimos ao termo “compreensão” daqui em diante. Quando pensamos na compreensão como um *können*, um *ser-hábil-para*, parece-nos que o que está em questão é o seu caráter natural de possibilidade. Como bem lembra Baker e Hacker, os conceitos de potencialidade, habilidade e de poder foram centrais para algumas filosofias como as de Aristóteles e as da escolástica medieval, mas foram negligenciados por alguns filósofos, salvo algumas exceções, ao longo dos séculos que vieram. Eles retornam à cena filosófica, estimulados por Wittgenstein e Ryle nos anos 60 e 70. Cf. HACKER P.M.S. e BAKER G.P., 2005b, p.375.

³¹ Cf. PU §33, 35.

³² Cf. PU §30

pressuposta em toda e qualquer explicação. Como o termo *Verständnis* é recorrente em nossa questão, teremos que tocá-lo ainda que brevemente.

2.3 O CONCEITO DE VERSTEHEN

Creemos que nas *Investigações Filosóficas* é preciso pensar a noção de significação com referência à noção de compreensão. Somente é possível definir a aplicação de uma expressão, caso ela já tenha sido *compreendida*. Como entender, então, este conceito de compreensão, considerando que é ela quem possibilita as variadas interpretações? — É preciso, portanto, ressaltar a ressignificação deste conceito por parte do filósofo. Ela se dá de modo a se pensar aqui, que a interpretação de algo vem antes da possibilidade de se definir algo, caso aceitemos que todo compreender é um interpretar, ver algo de algum modo (e não de certo “modelo”). A interpretação, neste caso, seria concomitante à compreensão. Contrariamente a um processo posterior no qual, após ocorrer certo entendimento de algo, mostramo-nos aptos a interpretá-lo sob certas condições ou características advindas deste entendimento. Portanto, no caso das *Investigações*, ao que nos parece, a interpretação se constitui conjuntamente à compreensão na medida em que pensamos em um momento pré-operatório da compreensão. Neste âmbito, já se visaria algo como alguma coisa, isto é, o visado desde as referências dadas pelo contexto de jogo. Não se compreende algo primeiro, para depois se ter interpretações sobre ele.

Podemos levantar aqui dois modos nos quais o conceito de compreensão pode ser interpretado e procurar visualizar o caráter ambivalente da relação entre significação e compreensão. Utilizamos a distinção esboçada por Balthazar Barbosa Filho.³³ A primeira distinção ressalta o significar como um “ato” praticado em circunstâncias específicas por um sujeito. Por exemplo, quando dizemos, “Mas qual é a significação desta conversa?”, “O que se quer dizer ou se tem em mente com esse assunto?”³⁴. Os elementos linguístico-gramaticais da frase estão totalmente expostos para o ouvinte (o sentido lexical das expressões), bastaria compreendê-los, no entanto, não se consegue apreender o que o falante diz, isto é, o que ele pretende significar (*meinen*) com tais elementos. Já a segunda maneira ocorre em combinações do tipo “Qual é o significado de weiß?” ou “O que significa grün?” e a resposta é direta: “Em alemão a palavra ‘weiß’ significa ‘branco’”, portanto, não há aqui nenhuma intenção de significar por parte do falante. Nessa perspectiva seria absurdo exigir uma resposta como as do segundo tipo para as perguntas do primeiro. Também o compreender pode ser visto sob esses dois aspectos. No segundo caso, temos uma relação bastante simples de compreensão do termo, porque temos todos os dados expostos para fornecer a resposta procurada. No primeiro caso, a aprendizagem já não ocorre por meio de significações já dadas, é este o caso que importa-nos clarificar. Ora, a aprendizagem é autônoma aos signos, pois a aprendizagem do sentido da frase só pode ser concebida como inserção em um *conjunto* articulado de significações, ou melhor, em uma rede de referências pertencente a uma situação ou circunstância ou jogo de linguagem. Neste caso, o aprendiz apreende o sentido

³³ FILHO, B. B. 1972, p.45.

³⁴ Cf. PU §§22, 81, 125, 188, 190, passim.

porque já *domina* um jogo de linguagem, isto é, uma base de relações que “condicionam” o sentido. Poderíamos dizer, de modo geral, que neste âmbito operatório está vedado separar o que é linguagem do que não é, separar linguagem e realidade. Percebe-se que, o que chamamos linguagem está intrinsecamente relacionado com o “conceito” de jogo de linguagem.

A compreensão enquanto saber temático está fundada na compreensão enquanto poder, isto é, enquanto um domínio prático e contextual de possibilidades. Com efeito, a pergunta pelo sentido precisa ser correlata à compreensão, nesta última forma, na medida em que não bastaria perguntar pelo “O que é o sentido?” (a significação considerada à maneira essencialista), mas sim, “O que significa compreender o sentido?”, ou seja, o que significa estar situado desde certo sentido a cada jogo – o que excluiria a procura por um *Etwas* qualquer que fosse. Aliás, o propósito de Wittgenstein assinalar para o ensino ostensivo das palavras, indica-nos que não há uma distância entre linguagem e mundo, já que mundo agora é delimitado pelo jogo que a cada momento estou inserido. A linguagem não se engancha na realidade pelo viés descritivista, mas num gancho pragmático. Contudo, ao se compreender, é preciso dominar e saber propriamente o quê?

2.4 A NATUREZA DA COMPREENSÃO

O parágrafo 199 afirma que “compreender uma linguagem significa dominar uma técnica”. É preciso ser capaz de dominar uma técnica, de dominar um modo de uso, para poder perguntar pela denominação e pela definição, “O que é isso...”. Assim sendo, usamos a palavra “significar”

(*bezeichnen*) para fazer referência às coisas, e não, ao modo como ela adquire sentido.³⁵ Isso significa que colocar etiquetas nas coisas, como fala Wittgenstein da nomeação, deve pressupor uma linguagem e que, portanto, o sentido não vem da ligação exclusiva entre palavra e coisa.³⁶

“Aprende-se a procurar uma figura na tabela com treinamento” (PU §86). Quando digo que ao usar uma tabela, tenho definida a cor que remete ao signo “amarelo” é o que ocorre por definição (e que pressupõe o treino), já o modo como posso usar esta tabela, ocorre pelo treinamento. Portanto, não basta definir que o signo “amarelo” se relaciona com determinada cor; enquanto signo para “cor”, por exemplo, ele está relacionado à superfície da coisa e não à sua forma, como falamos anteriormente. É preciso estar previamente mergulhado no domínio de uso da expressão, dessa forma, podemos nos orientar de vários modos ao empregar essa tabela (PU §86). Caso este mergulho não se dê no uso da expressão, tampouco uma definição de “amarelo” terá algum tipo de significação para nós. Pois, como emprego a palavra se juntamente com ela não me advém nenhum manual de aplicação? Ao que nos parece, a possibilidade de aplicação é prévia à definição ou denominação para que ela ocorra com significado. Este uso não depende fundamentalmente de uma explicação ou definição de palavras que fornece as regras de uso da expressão, mas das relações que a palavra guarda com outro conceito na medida em que remete a um conjunto “estruturado” de ações — aqui a definição das palavras aparece claramente como um instrumento que favorece a aplicação das expressões e não como a delimitadora de um modo de uso. Quando Wittgenstein relaciona a linguagem a um instrumento, propõe

³⁵ Cf. §15.

³⁶ Cf. §49.

as palavras também como instrumentos, portanto, eles somente significam no e a partir do contexto linguístico-pragmático em que operam.³⁷ A idéia de haver um significado anexado a uma coisa (PU §15), se esvai ao percebermos que toda expressão tem um lugar no contexto de expressões e que “essa solidariedade constitutiva da significação afeta toda expressão com um certo estilo referencial, isto é, com um modo característico de dizer o que ela diz, que não é necessariamente único e sempre idêntico” (FILHO, 1972, p.95). Compreender uma expressão, portanto, significa saber empregá-la adequadamente a partir das condições de possibilidade imanentes ao jogo de linguagem em questão.

Assim, se pensamos que a investigação de Wittgenstein sobre a linguagem se dá pela descrição de seu funcionamento, nos enganamos, pois o que os jogos de linguagem deixam transparecer são, justamente, as várias conexões possíveis de uma expressão, apontando para as suas condições de possibilidade desde a circunstância de jogo. O compreender, não tem uma essência com limite nítido; a compreensão de uma expressão não está no verbalizar ou afigurar algo, ela é categorialmente diferente de um estado mental, mas apresenta-se se alguém é “capaz” de fazer certos empregos de um conceito ou de uma figura com certa liberdade. Logo, a relação entre palavra e coisa depende da (pré) compreensão da estrutura do jogo de linguagem da qual ela faz parte. A compreensão sobre algum tema descansa sobre a compreensão como domínio prático. A compreensão é, portanto, o *domínio* de uma linguagem (PU §20), de um jogo (Ibid. §31), uma técnica (Ibid.

³⁷ Cf. PU §569; FILHO, B. 1972, p.93

§150), uma familiaridade com as circunstâncias e o contexto de jogo, um modo de agir de uma *forma de vida*.

2.5 O SABER COMO *KÖNNEN* vs. O SABER COMO PROCESSO

Todo critério ou padrão a ser seguido, seja ele interno ou externo, de modo algum determina a compreensão de uma expressão, pelo contrário, supõe-na. No entanto, isso ocorre quando filosofamos, diz Wittgenstein. Estamos propensos a buscar por e a postular um intermediário, algo interposto que faça a ligação explicativa. A necessidade de um elemento intermediário de ligação significa que vagamente apreendemos as diferenças categoriais entre a regra e a aplicação da regra, a habilidade e seu exercício. Por exemplo, B procura entender a série de números anotada por A e descobre uma fórmula ou elemento comum que aplicado à seqüência de numerais torna possível a B continuá-la. B diz: “Agora eu sei!”, “Agora eu posso continuar!”. Ao que parece, ter adquirido a fórmula comum que perpassa a seqüência, permite a B dizer que “sabe e pode” continuar a série. Não é por ter adquirido algo comum que perpasse o sistema sequencial, que podemos dizer que B a compreendeu. É possível admitir que para B ocorra a fórmula, ou seja, o que é comum à seqüência, mas mesmo assim é possível admitir também que ele não a tenha compreendido caso não tenha habilidade para empregá-la.³⁸ Compreender algo ou compreender uma proposição não deve ser um “estado” do qual emerge o emprego correto, como se quem a proferisse ou a compreendesse operasse um cálculo segundo algumas regras ocultas por detrás das práticas linguísticas. Quando expressa sua compreensão dizendo “Agora sei!”, parece

³⁸ Cf. PU §152

haver por trás dessa afirmação uma compreensão que tem acesso a uma forma de ação, ao invés do acesso a um caráter comum. Contudo, esse “atrás”, não seria nada tal como “a descrição do processo que existe atrás ou ao lado do processo de articulação da fórmula” (*ibid.* §154).³⁹

Damos exemplos e queremos que sejam compreendidos em um certo sentido. – Mas, por essa expressão, não entendo (*meine*): ele deve agora ver nesses exemplos o elemento comum que eu – por uma razão qualquer (*Grund*) – não podia exprimir. E sim: ele deve agora utilizar esses exemplos de uma determinada maneira (PU §71)

Fica excluído do pensamento sobre o termo “compreensão”, portanto, a busca pela essência dessa orientação ou derivação, como se pudéssemos encontrar e seguir um nexos causal ou sentir a experiência de orientação na intimação requerida pela regra. A aprendizagem como causa de um processo de compreensão não entra no interesse das *Investigações*. Neste sentido, não é através desse tipo de aprendizagem que compreendemos, mas através da compreensão enquanto possibilidade de uso das expressões é que falamos em aprendizagem pela *praxis*. Como procura mostrar Wittgenstein nos parágrafos que trata da “habilidade” de ler; não importa quais regras e normas acompanham a experiência de ler, elas não são condições necessárias, nem suficientes e nem mesmo são um critério para guiarem a ação de ler.⁴⁰ Ou seja, compreender, num primeiro momento, não se apóia em nenhuma determinação.

A música é o exemplo de um caso no qual a compreensão não pressupõe nenhuma determinação ou experiência prévia. Escutamos música

³⁹ Cf. PU §152

⁴⁰ Cf. PU §§156 e *passim*.

com entendimento ou lemos com compreensão. No caso da música fica evidente que não precisamos pensar na compreensão como um processo posterior a sua própria realização, mais apropriadamente, podemos dizer que ela é concomitante à sua realização ou possibilitadora dela. Se pensarmos que para entender alguma coisa é preciso que haja uma estrutura compreensiva que esteja anteposta ou posposta à sentença pronunciada, então, cai-se na tentação de conceber a compreensão como um processo causal que necessita de certa anterioridade e posterioridade.⁴¹ Cai-se na situação de afirmar que a experiência de ouvir uma música ou de entender uma frase requer entendimento e direções pré-estabelecidas. Admite-se, neste caso, um estado ou processo interno que acompanhe a significação das palavras e das coisas. Cito Baker e Hacker (2005b p. 365): “é implausível supor que o entendimento do discurso de alguém envolva apreender um caleidoscópio de imagens mentais correspondentes às palavras que entendemos”. Neste sentido, a compreensão como “poder” é causa do fenômeno da compreensão enquanto processo (WITTGENSTEIN, 2005b, p.12), Wittgenstein não tem nenhum interesse em questionar a compreensão como um processo (como se dá no exemplo do §2), mas sim, em questioná-lo enquanto advindo da compreensão, enquanto possibilidade de um saber sobre como se comportar. Isso se aplica também ao caso das regras: como se seguissemos uma estrutura de aplicação das regras no uso das palavras.⁴² Nesse mesmo caminho, ao pensarmos na compreensão como um processo, recaímos no pensamento de que toda compreensão de um discurso qualquer envolve uma interpretação, que a

⁴¹ Cf. HACKER P.; BAKER G. 2005b, p.362.

⁴² Trataremos desta questão no tópico “Regras constitutivas e regras reguladoras” do capítulo III.

compreensão necessita primeiramente de um entendimento prévio de regras lingüísticas.

Assim, nas *Investigações Filosóficas* a compreensão aparece como um “saber”, um “ser-hábil”, como habilidade, técnica. O que, para alguns, parece estar por trás da vivência (o entendimento da estrutura ou do sistema empregado – ver §§143, 185-86-87-88), para Wittgenstein, o que justificaria afirmar a compreensão de algo, o poder-usar, são antes as próprias circunstâncias (*Umstände*) nas quais alguém se encontra, tem a experiência (*Erlebnis*). O substrato da possibilidade de emprego de uma fórmula ou regra é o domínio de uma “técnica”. Nesse sentido, não seria possível determinar de antemão a regra segundo a qual alguém joga, dito de outro modo, esperar que se produzam as ações certas (porque se pode jogar com certo improviso) nas circunstâncias convenientes, sobre as regras falaremos no capítulo seguinte.

2.6 DOIS NÍVEIS DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Vimos nas análises anteriores que há uma ilusão em relação à significação quando se entende que para que uma expressão signifique é preciso que se dê uma “intuição de essência”, como bem coloca Balthazar (1972, p.38), ou como nos referimos linhas acima, como um elemento de ligação que ocorre independente da prática lingüística em que a expressão opera. É nesta perspectiva que encontramos em *Zettel* §419, a afirmação de que “o fundamento de toda explicação (*Erklärung*) é o treinamento (*Abrichtung*)”, isto é, que o acesso primário à proposição e à definição se dá pelo treinamento. Por seu lado, em todo treinamento está implicado

necessariamente um contexto, daí resulta que seu funcionamento se dá pela inserção em uma *praxis* ou em um domínio articulado de atividades.

A apreensão do sentido não se dá inicialmente através de um nome na linguagem. Este primeiro movimento pode ser admitido por ocasião da aprendizagem como inserção em uma prática “regrada”, e o segundo movimento, ao pressupor logicamente o primeiro, recupera o nome, podendo, posteriormente, explicá-lo ou defini-lo. Portanto, obter o significado de algo implica que ocorra a apresentação de uma atividade linguística (mas não apenas linguística) na qual este termo opera, contrariamente a obtê-lo através da aplicação de um modelo ou padrão que determine o termo⁴³. É o caso do aprendiz que procura entender a série de números anotada pelo instrutor e descobre uma fórmula que aplicada à sequência de numerais torna possível a ele continuá-la. O instrutor não deve esperar que, com o que lhe foi passado, o aprendiz encontre na fórmula um traço comum e o siga, mas que ele possa fazer uso desse modo de operar com os numerais de uma determinada maneira. Nessa perspectiva, como diz Balthazar (1972, p.39), não há uma intuição do sentido separável da prática linguística que o efetiva.

2.7 COMPREENSÃO E APRENDIZAGEM

“Pergunte-se: Seria possível imaginar que alguém aprenda a calcular de cabeça sem jamais calcular nem por escrito nem oralmente? ‘Aprendê-lo’ significa: ser levado a ponto de ser capaz de fazê-lo” (PU §385).

⁴³ Cf. FILHO, 1972, p.38-39

É sabido que o ensino ostensivo das palavras encontra-se em estrita concordância com a noção de uso (utilização, aplicação) da expressão em questão.⁴⁴ Uma vez que o sentido está indissociavelmente unido à noção de uso, a unidade do sentido é asseverada por uma *praxis* lingüística, isto é, pelo emprego conveniente da expressão de acordo com as circunstâncias do jogo de linguagem em que se está inserido. Dessa maneira, apreender o significado (*meinen*) de uma expressão não corresponde à apreensão do significado buscado de modo pré- ou a-lingüístico, visto que, a significação não pode ser apreendida fora das circunstâncias que a justificam, ou melhor, fora da dimensão de um jogo de linguagem.⁴⁵ O treinamento pressupõe necessariamente um contexto de ação. Assim, compreender o papel que uma expressão desempenha na linguagem significa “dominar uma técnica” (PU §§ 150, 199). A significação pode ser encontrada no interior de uma *praxis*.⁴⁶

Quando se dá a definição ostensiva da palavra, significa que o aprendiz já apreendeu o sentido da palavra, visto que, os lugares das significações já estavam preparados, *grosso modo*, porque a compreensão já se deu através da *Abrichtung* desencadeada pelo ensino ostensivo⁴⁷. Por outro lado, saber usar alguma palavra ou coisa não quer dizer que se consiga copiar o que outra pessoa faz.

⁴⁴ A discussão do ensino ostensivo da linguagem foi tocada nos §§ 27-38 – esses parágrafos exploram o mecanismo de correlação entre a palavra e o significado. Esse mecanismo é a própria definição ostensiva das palavras. Nos seguintes, os §§38-59 examinam as ramificações da idéia de que o significado de uma palavra é o objeto por ela representado – discussão sobre os nomes próprios e sua relação com a idéia de elementos simples.

⁴⁵ Cf. PU §557

⁴⁶ Lembremos que *praxis*, aqui, está relacionada ao termo *Abrichtung*, no sentido de “dominar uma técnica”, isto é, de compreender um modo de agir. Cf. §§ 150, 206, *passim*.

⁴⁷ Recupero, aqui, um trecho do capítulo anterior que versa sobre essa expressão. “O treino é um exercício repetitivo sem a necessidade de explicação, não há interesse em saber quais os procedimentos ou nexos causais desse comportamento. O treino consiste em o instrutor apontar para objetos (portanto, pressupõe um contexto de ação) enquanto profere a palavra, chamar a atenção da criança para eles; ao apontar para o objeto sua forma é mostrada. A *Abrichtung* se põe no limite da nossa racionalidade”.

Podemos também entender o termo *Abrichtung*, por exemplo, como um cão é ensinado a responder a certas ações ou ordens de comando dado por seu treinador. Esse seria um caso típico de estímulo-resposta que agradaria imensamente os “behavioristas”. Contudo, o uso desse conceito para o ensino ostensivo das palavras se aproximaria mais do modo de aquisição de um hábito do que da imposição por alguma condição. “Hábito” no seguinte sentido: para o cão não o atravessa o sentido do que significa “fazer a mesma coisa em ocasiões semelhantes”, situações que estão porvir. Já para o homem o que ocorre é exatamente isto, ele precisa compreender essas ocasiões ou circunstâncias para poder seguir uma regra, um modo de agir. Ele conta com um “saber” preliminar para seguir a regra. O cão responde de uma determinada maneira, o homem se pauta por um certo “saber” na base do que lhe foi ensinado. Ele compreende o significado da expressão porque, “em outro sentido” já compreende a linguagem na qual as regras para seu uso são expressas. Assim, a apreensão da significação de uma palavra requer que se “domine um jogo”, que se *saiba* usar as expressões ou que se esteja hábil a empregá-las. “Sei o que uma palavra significa *em certos contextos*”, visto que, é possível regular seu uso (WITTGENSTEIN, 2008b, p.9). Entendemos que este domínio é aberto pelo ensino ostensivo.

Desde a *praxis* encontramos um indicativo de realização, ou seja, uma maneira de *ver* ou de *seguir uma regra*. Portanto, a compreensão deve ser apreciada desde a *praxis* da linguagem. É na *praxis* da linguagem que se torna possível apreender o modo como se joga o jogo, ou melhor, o modo como uma expressão pode ser empregada.

Com isso procuramos ressaltar o caráter necessário de anterioridade do ensino ostensivo em relação á definição das palavras. Entendemos que a ilusão filosófica, no que diz respeito a estas questões, seria admitir que a definição assume funções do ensino ostensivo — ensino, este, que surge para inaugurar o acesso fundamental ao sentido. Há aí uma sublimação na tentativa de atribuir à definição os poderes do ensino ostensivo. Esta dificuldade já foi expressa conclusivamente pelo texto de Lewis Carol “O que a tartaruga disse a Aquiles”: ou não há lógica, ou ela não pode ser expressa proposicionalmente. À definição não cabe expor as características do ensino, sob a pena de transformar a regra em proposição. Quando digo “A laranja está verde”, não considero mais a regra “A laranja é amarela”, portanto, a regra não deve assumir o papel definidor e delimitador característico da função da definição ostensiva. Aprofundaremos este assunto ao falar das regras no próximo capítulo.

2.8 A COMPREENSÃO E O CONCEITO DE *SEHEN ALS*

No capítulo XI da *Philosophie der Psychologie*⁴⁸ vemos que há dois usos do verbo ver⁴⁹: 1) descreve-se o que se vê: “Vejo isto!” e aponto para o desenho ou dou algum tipo de representação; 2) aqui não temos algo de que possamos dar uma descrição, foto, cópia, etc. Digo: “Vejo uma semelhança...”, não vejo “isto”, mas vejo uma semelhança entre dois “istos”, duas pessoas, etc. Será, então, que existe a possibilidade de apontar ostensivamente para esta relação? Ou melhor, será que isso pode ser um objeto ostensivo, podendo

⁴⁸ Essa obra será posteriormente citada por PhP.

⁴⁹ Cf. PhP, xi §111-113

haver uma explicitação da relação? A esses dois modos de “ver”, isto é, de compreender, Wittgenstein chama “ver-como...” (*Sehen als*) (PhP, xi §137).

Não temos aí alguma coisa à qual nos direcionar, o que temos é apenas a diferença entre dois objetos, diferença que não aparece como um objeto e que, portanto, não sabemos identificar, nem temos aparato conceitual para fazer uso de tal diferença, mas que devem estar ali. A estas semelhanças Wittgenstein chama “*das Bemerken eines Aspekts*”, perceber um aspecto. O que sabemos é que, quando notamos a semelhança de uma fisionomia em outra, percebo que os objetos e fisionomias não mudaram.⁵⁰ Nesse sentido, se vejo a semelhança num rosto e noutro e infiro que seu aspecto não mudou, então, podemos dizer que apareceu aí um terceiro (que havia estado excluído). E, isso que não mudou, o vejo agora de maneira diferente, pois percebo um objeto que é outro, vendo o mesmo. A questão é que não conseguimos apontar para a semelhança em si mesma, pois há algo que não vemos propriamente, pois o que há é apenas o despontar de um aspecto, nada mais. Assim, no segundo caso do ver, se não há o que apontar, nem mesmo internamente, será que ainda vemos algo?

Quando vejo o aspecto “coelho” e em seguida o aspecto “pato”, em separado, e mais tarde reconheço um aspecto no outro aspecto, posso pensar que agora os vejo de maneira muito diferente do que quando os reconheci isoladamente. Com efeito, vejo que há uma mudança no meu modo de percebê-los, porém, o que ocorre não é uma maneira diferente de ver, mas é uma maneira nova de “ver” (*auf neue Weise* – PhP §130, 153). Percebo essa mudança como se a figura tivesse mudado diante de mim, e aparece de

⁵⁰ Cf. PhP, xi §111

repente como outra figura sem perder a expressão inalterada inicial. Portanto, podemos dizer que essa sensação visual não é causada pelas impressões do objeto. Sendo assim, não faz mais sentido aplicar o conceito de ver reduzido a uma história causal diante da aplicabilidade da forte imagem de experiência visual. Essa questão não pertence ao nosso escopo diretamente, o que pretendemos com este tema é recuperar a questão da impossibilidade da definição ou descrição ocorrer independentemente do sentido, ou seja, da abertura pré-compreensiva.

Por outro lado, isso nos indica ainda que entre estas duas percepções na mesma figura, há o reconhecimento de uma “organização” bem determinada (*eine ganz bestimmte “Organisation”* – PhP §131), mas ainda assim, não podemos mostrar isso com um desenho, um gráfico específico, tampouco pertence a alguma categoria que trago em mim; é importante lembrar que o que está em questão é uma técnica ou compreensão de uso da figura e não uma decisão subjetiva. Alguém que quisesse apresentar essa mudança de aspecto fazendo uma cópia do modelo estaria tomando a impressão visual que teve como um objeto interior, comprometendo assim a semelhança com o objeto. A única afirmação que se pode fazer sobre a vivência visual dessa mudança é que o “como” é alterado; algo me aparece como outro sem deixar de ser o mesmo. Diz Wittgenstein:

O ver-como não pertence à percepção. E, por isso, ele é como um ver e de novo não é como um ver. Olho para um animal; alguém me pergunta: “O que você está vendo?” Respondo: “Um coelho”. Eu vejo uma paisagem; de repente passa um coelho correndo. Eu exclamo “Um coelho!”. (PhP, §§137, 138)

Vi uma coisa e outra, e ao mesmo tempo nada mudou. Considerando a ambiguidade da figura/objeto, como entender o conceito de ver, já que ele se esgarça? O que acontece quando vejo um aspecto?

A ambiguidade da figura comporta um certo grau de vagueza. No fenômeno da visão de aspecto é comum imaginar que deve haver algo como uma sucessão – já que se pode concentrar num aspecto e depois noutro. Vejo uma figura em t1 e t2, só coelho ou só pato. O que nos parece é que aqui o conceito de ver não é desafiado. A mudança de aspecto traz certa “organização” quando entendemos que “há uma considerável quantidade de fenômenos aparentados uns com os outros e de possíveis conceitos” ao olharmos uma figura (PhP §155). Percebam que Wittgenstein está a todo tempo nos lembrando da importância do conceito de *Familienähnlichkeiten* nas *Investigações Filosóficas*, apesar de não tratarmos pontualmente deste conceito. É devido a essa “organização” advinda da mudança de aspecto, que somos capazes de empregar certas figuras e expressões com ampla liberdade.

Isso, no entanto, não quer dizer que ver a figura de um determinado modo torne imperfeita a descrição da vivência. Poderemos descrevê-la contando com o que ficou gravado em mim. No entanto, o que ficou gravado não se apresenta nítido e ordenado como o vejo. “Olho a paisagem, meu olhar vagueia, vejo todo tipo de movimento claro e escuro; isto se grava claramente em mim, aquilo apenas muito difusamente” (PhP §160). Vê-se que não há como descrever genuinamente uma vivência e que, portanto, toda tentativa de justificar a sua representação deve ser suprimida. Por outro lado, Wittgenstein nota que, se não se encontra um lugar para tal forma entre outras formas, então, acabamos por procurar esse lugar em outra “dimensão” (subjéctiva,

mental), contando com a certeza de encontrá-lo, porque afinal, é preciso comprimi-la em alguma forma.⁵¹ Pergunta ele, como é possível ver uma coisa segundo uma interpretação? (PhP §164).

Não há uma interpretação, o que há é certa espécie de habilidade, uma familiaridade em “ver assim como”; numa cultura que não tem coelho não se toma a figura como ambígua, pois não há algo que o objeto figura. Não reagimos como se o objeto figurado fosse a própria figuração do que ele figura. Se for questionada, esta pessoa dirá que viu a figura de um coelho (a figura de um coelho) e somente aqui poderia se ter uma descrição da minha percepção. Certamente ela não diria, “vejo agora um objeto figurado”, porque aí as categorias de ver estariam separadas, não contaríamos com a categoria de ver agora ou ver como no objeto figurado, isto é, na figura do coelho. No caso de pessoas que relatam sua percepção, a categoria de “ver algo como” não é usada. E, a percepção é um relato apenas quando digo que vejo a figura coelho/pato, o que vejo é a figuração da figura específica de Dastrow, que pode ser fotografada, desenhada, etc. Vejo a figura ambígua e por definição se vê a ambiguidade.

Diz Wittgenstein: “interpretamos algo, e o *vemos* como o *interpretamos*” (PhP §116). Percebam que “interpretar”, aqui, é usado como habilidade, com relação à familiaridade que temos em ver-como; voltamos sempre a falar dela no sentido de Wittgenstein e no sentido comum (neste caso, não utilizamos aspas na palavra). Vemos ora como isto, ora como aquilo. Mas se a ambiguidade for descrita, podemos falar da *tradução* de um símbolo em outro, como acontece na passagem da palavra ao objeto sinalizado e, num outro

⁵¹ Cf. PhP xi §§164-65; PU§216

nível, na passagem das sensações a sua expressão.⁵² A proposta de Wittgenstein para que a noção de “interpretação” seja devidamente pensada é percebê-la no modo de ser da pré-compreensão prática, dito de outro modo, perceber que “o substrato dessa experiência é o domínio de uma técnica” (PhP §222). Assim, o que nos interessa, aqui, é a relação entre instrução, ensino e definição que Wittgenstein mantém e ressalta nesta segunda parte das *Investigações*. Pois, para que uma representação bidimensional ocorra, seja através de desenho ou através de palavras, é necessário um exercício especial e uma instrução.⁵³ Portanto, para dizer que alguém é capaz de ver algo ora como isto, ora como aquilo, é preciso que ele esteja em condições de fazer certas aplicações da figura com facilidade. Somente faz sentido dizer que alguém teve esta experiência se já tem o domínio, se *pode* fazer ou aprendeu tal e tal coisa.

Podemos perceber que se abre uma ressalva bastante favorável em direção à descrição: se olharmos para ela sem a esperança de haver um só caso genuíno e próprio.⁵⁴ As circunstâncias, o contexto de jogo de linguagem, ou seja, os modos de uso que são feitos, ditarão as necessidades e as correções para uma descrição apropriada.⁵⁵ Quando conseguimos voltar o nosso olhar para a trama entretecida do contexto, vemos que é possível tomar a descrição desde uma perspectiva originária de descrição do sentido. A minha impressão visual me faz ver *assim* uma imagem. Quando vejo um desenho que representa um objeto tombado, não pergunto “Isto pode representar também um objeto tombado?”, mas sim “o copo tombou e está em cacos”. É assim que

⁵² Cf. tópico sobre o argumento da “linguagem privada”.

⁵³ Cf. PhP §148

⁵⁴ Cf. PhP §160

⁵⁵ Cf. PhP §156

reagimos à imagem, diz Wittgenstein. De acordo com a primeira pergunta, pode-se dizer que a este observador faltou familiaridade em operar o desenho. Essa familiaridade é, sem dúvida, um critério, diz Wittgenstein, há certa habilidade, certos gestos, uma maneira de pintá-lo que nos convence de vê-lo *assim*. Um significado para o nome “ver” pode ser fornecido, portanto, pela minha atitude para com a figura.⁵⁶

Ainda segundo o primeiro modo de “ver”, que falamos no início deste tema, diz Wittgenstein: ver “algo como algo” está relacionado à descrição de uma experiência imediata, que através da “interpretação” se mostra como uma descrição indireta. Ou seja, faz-se necessária a “interpretação” da figura como algo a partir de uma determinada vivência visual dada. No entanto, sabemos que não é necessário pensar sobre um objeto para percebê-lo como algo, ou seja, não é preciso um ato de interpretação, no sentido comum, que se coloque junto ao primeiro contato ou que conduza o aspecto que o objeto terá para o observador. Não se pensa no objeto ao contemplá-lo, quem *pensa* naquilo que vê é quem tem a experiência ou vivência visual como expressão do pensamento.

O problema dessa questão é: se o aspecto de algo me é dado empiricamente eu deveria poder saber imediatamente ao que se refere e referir-me à vivência diretamente, ao invés de ter uma experiência imediata descrita indiretamente pela “interpretação”. Ao que nos parece, Wittgenstein pretende mostrar, aqui, que a regra é posta em prática não quando lançamos mão de uma apreensão teórica, mas quando se passa a uma determinada maneira de reagir. A interpretação de uma regra não determina o significado

⁵⁶ Cf. PhP §193

que elas terão, mas antes, o significado das regras, assim como de todos os signos, é que se encontram na sua utilização. Dizer “‘Eu vejo isto agora como...’ teria tão pouco sentido para mim quanto dizer, olhando garfos e facas: ‘Eu vejo isto agora como garfos e facas’. Não entenderíamos esta colocação”. (PhP §122). Não respondemos desse modo. Não precisamos reconhecer o talher como um metal para servir nas refeições, nem o comer como certo mover da boca. Há um fato e o fato nele mesmo não traz a regra para o seu entendimento. Se pensarmos de modo mais geral, veremos que o sinal não me diz o que fazer, pois, na descrição, parece estar sempre faltando alguma coisa. Entendemos, juntamente com Winch (1970, p.25), que o sinal não é capaz de carregar em si a sua regra porque no modo causal de interpretação de um aspecto o modo de ver “‘algo como’ está aí modificado”. Nele, a regra não pode ser infringida, esse é um indicativo de que houve uma cristalização do significado e ele não mais significa. Passa a operar de forma atemporal, pois sua aplicação encontra-se restringida. Nesse sentido, a resolução para este impasse é acrescentar ao sinal um modo de ver interpretativo para que através dele uma indicação se dê. Inversamente a isso, e em fluxo com o pensamento de Wittgenstein, o que torna explícito esse “ver-como” e assegura algo sobre o visado não tem origem em uma estrutura lógico-sintática (em uma combinação específica de palavras), mas irrompe desde as e pelas circunstâncias (*Umstände*).⁵⁷ Assim, pode-se afirmar que nessa forma de representação não é possível fundamentar a regra e dissolver seu paradoxo. Fica claro, portanto, que o tratamento que Wittgenstein dá ao conceito de “visão de um objeto *como* algo” está diretamente implicado na relação mundo e linguagem.

⁵⁷ Cf. PhP §§138, 146, 156, 158

O “ver-como” não especifica a interpretação a ser tomada, no exemplo do aprendiz que segue a série dos numerais, uma formulação da regra não foi dada, pois o modo de segui-la não aparece na fórmula. Pode-se dizer que a regra é uma ilusão neste caso, já que ela não abre possibilidades, mas ao contrário, as restringem – explicaremos estas questões de maneira mais demorada no capítulo seguinte. Para o aprendiz há o fato e ele não é regrado; o que ele fez foi interpretar a regra de maneira diferente, logo, se não se considerava nenhuma prescrição, então, ele não errou. Esse modo de se entender o sinal faz com que se perca a possibilidade de legitimação da regra: já que não houve nenhuma especificação de como agir, não se pode afirmar que houve infração da regra.

2.9 ENTRE *SER E TEMPO* E AS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

Entre *Ser e tempo* e as *Investigações Filosóficas*, nos salta aos olhos a intenção de ambos os autores em considerar que o enunciado assertivo (*logos apophantikós*), *locus* da verdade e da unidade do discurso, possa ser tratado através de um exame da relação entre significar e mostrar. Wittgenstein argumenta em cima da referencialidade da linguagem, tendo como exemplo a abordagem de Agostinho, e Heidegger, através da facticidade da vida. Ambos colocam-se contra a via dos signos que, tomados pela visão do objeto, conduzem a sobreestimar o significado das palavras. É visível que, para estes autores, o signo repousa diretamente sobre o objeto, de modo que “significar”, fosse algo como etiquetar conteúdos.

Se olharmos para a concepção de jogo de linguagem (*Sprachspiel*) de Wittgenstein, veremos que ela cumpre o papel de ressaltar determinada parte do discurso, a parte que inaugura a abertura para o sentido, indicando-nos certa maneira de operar com as palavras, contrariamente à possibilidade de “circunscrever os tipos determinados de objetos, cujas palavras teriam lugar” (NARBOUX, 2010, p.395). Esta concepção apresenta um modo de significar que não se prende às diversas categorias de objetos, mas aos variados modos de fazer uso das palavras. No entanto, o que nos interessa apontar através dos jogos de linguagem é a especificidade do contexto circundante que cumpre um papel fundamental no modo diverso de significar. Quando falamos em “contextos”, logo damos pela falta de uma abordagem sobre o “mundo” nas *Investigações*. A impressão de Narboux⁵⁸ sobre a ausência de um tratamento do “mundo” e de certo modo de um contexto, nas *Investigações* procede, certamente, em contraponto à *Ser e Tempo* e ao *Tractatus*. No entanto, é preciso lembrar que a noção de “jogos de linguagem” pressupõe claramente um mundo circundante. Ela não trata do mundo como algo físico, mas através das relações que se tem com situações operacionais que põem em questão a significação e a interdependência de uma significação com outra, sendo de extrema importância essa rede relacional para a compreensão operatória da significação, com procuramos mostrar no capítulo II.

Um dos questionamentos de Heidegger, que também partilha Wittgenstein, é que a tradição filosófica, ao tratar da linguagem, faz com que se nivelem os arranjos experienciados e vividos. Para escapar deste nivelamento da minha relação com o mundo e, portanto, com a significação, Heidegger

⁵⁸ Cf. NARBOUX, 2010, nota 3, p.395.

propõe pensarmos o homem desde sua lida ocupada com as coisas do mundo, enquanto “ocupação” ele se relaciona com os seres disponíveis (*Zuhandenheit*), fazendo uso das coisas úteis (*Zeuge, pragmata*). As coisas úteis, por sua vez, significam, por serem elas mesmas “redes de reenvios” e conexões, e por terem como parte integrante e derivada, os signos. Esta conexão entre a palavra e o que ela designa é observada por Wittgenstein através da necessidade de se pressupor o mecanismo operante em sua totalidade, ou seja, determinada instrução relacional pela qual se “possa” unir “a barra com a alavanca para acionar o freio” (PU §6). Já no §15 de *Ser e Tempo*, afirma Heidegger: “Rigorosamente, um útil nunca é. O instrumento somente pode ser o que é num todo instrumental que sempre pertence ao seu ser. Em sua essência, todo instrumento é ‘algo para...’”. Se se pode aproximar em Heidegger um equivalente do “meaning is use” de Wittgenstein, seria pela idéia de um modo de emprego ou, dito de outra maneira, da rede de reenvios ao qual o ente disponível aparece em uma possível significação. Como bem aponta Narboux (2010, p.396), não se pode negar que no primeiro Heidegger há uma contribuição decisiva para o pensamento sobre a linguagem ao apontar para o porquê e para como uma concepção do significado, em favor do conhecimento teórico, paralisa e impede a ocorrência de uma relação verdadeira com os entes e com nossa linguagem cotidiana – principalmente, sobre seus limites. Contudo, tal equivalência não procederia se levarmos em consideração que Wittgenstein não assimila o uso linguístico ao emprego de um útil (*Werkezeuge*) ou mesmo de uma coisa útil (*Zeuge*). O que podemos dizer, já que nos lançamos a essa tematização, ainda que bastante sumária, é que não há uma identificação de um com outro, mas uma relação que tem um

escopo argumentativo definido: enfatizar a uniformidade aparente que as palavras (úteis/instrumentos) apresentam. Esta uniformidade que as palavras cobrem, abrange tanto a grande diversidade de usos quanto a que aparentam os instrumentos “quando armazenados em uma caixa”.⁵⁹ O ponto decisivo para Wittgenstein, apontado por Narboux, não é que a significação resida no uso, mas que existam tantas categorias de significação quanto há de categorias de uso.⁶⁰ Outro ponto decisivo na diferenciação entre os dois pensamentos é que Wittgenstein não procura as causas do nivelamento do sentido na vida cotidiana com os entes nem na linguagem cotidiana como fez Heidegger, nem parece competir à sua filosofia carregar este peso como uma tendência inerente à vida, própria a se manter. Pelo contrário, enquanto Heidegger procura anular a linguagem cotidiana fazendo dela a expressão cristalizadora da proposição, Wittgenstein debruça-se exatamente por sobre ela e a toma como signo do reconhecimento do modo humano de utilização do sentido. Contudo, concordam ambos, em ser a proposição a desencadeadora e única expressão do nivelamento do sentido. Diz Narboux, o próprio da proposição é dar-se como se estivesse flutuando no ar. A condição da manifestação de algo ser aquilo de que eu falo, é o que se apresenta num enunciado do tipo “a lousa está mal posicionada”. No entanto, esquece-se que a sua manifestação só pode ocorrer na sala de aula, na experiência da lousa estar mal posicionada; isso não aparece no enunciado. O enunciado tem como principal característica, portanto, trabalhar analogamente ao modo da coisa; ele enuncia-se através das determinações ônticas, isto é, pelos atributos do que se manifesta. Neste sentido, o significado indicaria o limite do ente enquanto objeto. Além disso, a

⁵⁹ Cf. PU §11

⁶⁰ Cf. NARBOUX, 2010, p.398.

possibilidade de se estruturar uma proposição pressupõe que o ente já tenha sido determinado cognoscitivamente, ou seja, que já haja certa correspondência ou concordância entre a representação e a realidade sobre algo.

Mas o que pretendemos ressaltar aqui é que ambos os autores falam do caráter derivado (*abkünftig*) do enunciado. No caso de Heidegger, o enunciado mostra-se derivado em relação ao âmbito do sentido, primordial e independente àquele. Este âmbito foi delineado enquanto possibilidade de articulação, como *Verstehen*, sendo apenas na medida em que a proposição se funda na compreensão que ela terá sentido.⁶¹ A proposição depende da compreensão na medida em que esta é tributária do contexto e na medida em que a proposição precisa firmar-se, para seu próprio sentido, neste contexto. Contrariamente a isto, a proposição seria, então, apenas um recorte da totalidade do que podemos chamar de “linguagem”, ocasionando a concatenação de nomes que designam objetos subsistentes, independentes uns dos outros. Para Wittgenstein das *Investigações*, a crítica à tradição tem como escopo levantar este caráter derivado do enunciado, principalmente, se levarmos em conta, como procuramos mostrar no capítulo I, a dependência da definição ostensiva das palavras em relação ao ensino ostensivo. Para Wittgenstein, o uso das palavras aparece como uma forma de animar o signo, portanto, não deve pertencer ao próprio signo como algo a se fazer, pré-estabelecido. É preciso, para tanto, que o treinamento proporcione uma regra de ação, pois é a regra que fornece as razões para fazer algo do jeito como se fez e não de outro. Assim, toda definição precisa de uma justificação alcançada

⁶¹ Cf. HEIDEGGER, 2006, §33

pela aprendizagem da linguagem: é preciso que toda definição tenha como essência apresentar o significado da palavra e isso acontece a partir da abertura possível à significação que mantemos enquanto encontramos-nos em contextos circundantes. Na perspectiva das *Investigações*, ao que nos parece, podemos pensar em um âmbito de nascimento do sentido que independe da definição das palavras, mas que a move, alimenta-a em sua essência, este âmbito abrange a dinâmica da compreensão operatória do sentido.

Outra tematização que pode ser levantada entre estes dois filósofos é sobre o *Als*, chamado por Heidegger de *als struktur* e por Wittgenstein de *als Sehen*. Para ambos o *como* é não predicativo e tem como deficiência a tendência à objetivação de todo “como” (*wie*) em um “quê” (*was*). Heidegger fala de um “como-apofântico” e de um “como-hermenêutico-existencial” no §33 de *Ser e Tempo*. A modificação sobre a qual passa o *como* ao se fixar na proposição se deve a uma modificação na estrutura prévia da compreensão, pois o ente deixa de ser apreendido como útil e passa a ser apreendido como um ente sobre o qual se pode discorrer, apontando suas características e propriedades, dissecando-o. Afirma Narboux (2010, p.399):

O como hermenêutico pode ser definido como a modalidade primária da ‘interpretação’ (*Auslegung*) do compreender que está em jogo no comércio (*Umgang*) com o ente disponível (*Zuhandenheit*). Ele não predica as propriedades dos entes subsistentes, mas desdobra ou põe à vista os reenvios e relações cuja rede constitui a significatividade, (notadamente quando estes últimos, de um modo ou de outro, encontram-se prejudicados [ou quebrados]).

O ente deixa de ser visto em sua significância para mostrar-se como algo dado e, portanto, manipulável, recortado do contexto que o circunda. Não

obstante, para Heidegger há como resguardar o enunciado (o caráter de comunicabilidade que se mantém com as palavras) quando da abertura da dimensão do discurso (*Rede*), em que a estrutura do enunciado é desmontada de modo a acoplar nela já o traço da “pré-compreensão” através dos momentos estruturais da interpretação (*vorhabe, vorsicht, vorgriff*). Já Wittgenstein, não pretende salvar o enunciado da característica niveladora que assombra o pensamento sobre a linguagem, visto que, o enunciado define e expressa limitadamente todo ente, ele é instrumento e está a serviço da linguagem, ou melhor, do âmbito articulador de sentido.

Quanto ao tratamento do *als*, o filósofo, tal como Heidegger, “vê na *Als-Struktur*, [...] o princípio mesmo da unidade da proposição, do *lógos apophantikós*, e a fórmula última de toda intencionalidade” apesar de ter negado essa possibilidade no *Tractatus* caso se continuasse a conceber esta estrutura como uma síntese. (Id. *ibid*) Foi na tentativa de manter o enunciado que Heidegger tornou a estrutura *como* partidária da síntese (combinação de nomes), contrariamente a Wittgenstein. Este, já não vê o conceito como uma entidade que se conectaria a outra, mas o vê como um aspecto, no sentido de que o mais próprio de um aspecto é não poder ser extraído daquilo de que ele é um aspecto. Não se pensa mais na estrutura “x als y”, como numa troca de lugar entre conceito e objeto, mas no conceito como algo que não se fixa na coisa; tal é o paradoxo do *como*: quando noto a semelhança em uma fisionomia com outra, percebo que a fisionomia mesma não mudou. Vejo dois ou mais aspectos na mesma coisa e estas diferenças não aparecem como objeto. Assim sendo, justifica-se o não comparecimento da proposição nas *Investigações* como uma estrutura composta. O núcleo da investigação sobre a

essência da linguagem tem seu apoio, na “compreensão” e na maneira e circunstâncias desde as quais nos deparamos com um aspecto. Entendemos, então, que o problema da unidade da proposição é o ponto central para a separação entre estes dois pensamentos sobre a linguagem. Wittgenstein entende que a atitude de buscar a unidade, ainda que como síntese, e manter-se no uso metafísico dos conceitos, por seu lado, deve reconduzi-los a seu uso cotidiano (*auf ihre alltägliche Verwendung*).⁶²

CAPÍTULO 3: OS MODOS DA SIGNIFICAÇÃO

3.1 A COMPREENSÃO E AS REGRAS

Observamos no capítulo anterior, como o conceito de *ver-cómo* ou *ver* algo a partir de certas condições, se expande, de tal modo que não há apenas “*um* caso verdadeiro e normal” para o que se descreve. Percebemos que toda tentativa de justificação precisou ser abandonada na investigação da essência da linguagem, “justificação” no sentido de uma causa. É preciso entender que nosso olhar se modifica a cada *ver* e que ele é sem por quê. Diz Wittgenstein, “não importa como você instrui [o aluno] na continuação do ordenamento em série”, o seu *saber* não se pauta por motivos, fundamentalmente porque se age sem eles. (PU §211).

Ainda no capítulo anterior, o termo “compreender” foi apresentado como o domínio de uma técnica, e agora, na abordagem sobre as regras, ao compreender acrescenta-se: a possibilidade de apreender ou aplicar a “regra”

⁶² PU §16

de uso de uma expressão. Como se dá a compreensão da regra? A discussão sobre as regras vai auxiliar a apreensão do sentido de uma forma determinada, isto é, abrindo um *conjunto* virtual de aplicações possíveis, como veremos. A aplicação da regra ou *seguir uma regra* é um critério da compreensão operatória (PU §146), sendo assim, quando falamos em compreensão das regras, pensamos no sentido de uma pré-compreensão. Como diz Wittgenstein, “a compreensão mesma é um estado do qual origina o correto emprego” (PU §146), e continua, “a aplicação permanece um critério da compreensão”. Assim, é importante tratarmos de como as regras de emprego de uma expressão se constituem, bem como, do domínio prévio aberto a certa instituição de regras. Pois nosso escopo, em primeiro lugar, é expor o âmbito a partir do qual a noção de regra vai emergir, e ressaltar, fundamentalmente, que a regra não traçará nem estará selada por um determinado significado, do mesmo modo que seu perfil não se deixa prender a combinações específicas de palavras. Procuramos assim, justificar a posição de que há um âmbito pré-operatório da linguagem no qual tem origem o nascimento do sentido e que não é encontrado na definição das palavras. E, que este domínio é o que torna possível a relação entre nome e coisa (agora, de uma nova maneira – como vimos no capítulo II com a “definição ostensiva”) – mesmo ao definir uma expressão ou ao lançarmos mão de um enunciado declarativo.

Abriremos, assim, este capítulo, procurando esclarecer como as regras guiam o uso que fazemos das expressões (acabando por determinarem o sentido das palavras) e como ocorre sua relação com a compreensão, na medida em que, segui-las é o indicativo de uma ação. Como veremos, seguir

uma regra não funcionará como causa do meu agir, mas num agir em conformidade com ela ou na sua transgressão.⁶³

Como foi dito no capítulo anterior, a aplicação que é feita das expressões decorre da compreensão tomada como uma forma de ação. Chamamos a isto, “pré-compreensão” operatória. É em meio a uma possibilidade já aberta que compreendemos as regras explícitas de um jogo de linguagem. O que está “aberto” encontra-se ligado ao exercício na medida em que a aprendizagem está inserida num “conjunto articulado de significações”. Quando damos exemplos para explicar um jogo, esperamos que sejam entendidos de algum modo; é esse o papel desempenhado pela pré-compreensão, fornecer um *modo* de uso da palavra propiciado pelo contexto e, portanto, não determinado ou definido, mas sempre possibilidades surgidas desde ele. Wittgenstein nos alerta para que não tenhamos em vista uma característica comum que possa ser partilhada, “mas que [alguém] deva utilizar esses exemplos de uma determinada maneira”, numa certa direção (PU §71).

Com efeito, o modo como, até aqui, encaminhamos a questão do sentido, nos mostra que nas *Investigações* as regras são enfatizadas como sendo um componente claramente experiencial, contrariamente a um sistema teórico estabelecido mentalmente. Vejamos.

Nos §§143 e 185, Wittgenstein dá o exemplo do aprendiz que deve dominar a escrita da série de números naturais. Ele domina por si mesmo e autonomamente continua a série que lhe foi pedida. Agora o aluno precisa continuar uma série de numerais a partir da forma “+n” (0, n, 2n, 3n...), supondo, claro, o aprendizado da série de números cardinais. Pede-se a ele

⁶³ Cf. GLOCK 1998, p.314

que continue a série com a forma “+2” acima de 1000, e ele escreve: 1000, 1004, 1008, 1012. E lhe dizem:

“Veja o que você fez!” – Ele não nos compreende. Dizemos: “Você devia adicionar *dois*; veja como você começou a série!” – Ele responde: “Sim! Mas não está certo?” Pensei que era assim que eu *devia* fazê-lo’. – Ou suponha que ele diga, apontando para a série: “Mas eu continuei da mesma maneira!” – De nada nos serviria então dizer: “Mas você não vê que...?” – e repetir-lhe as velhas explicações e os velhos exemplos. (PU §185).

E porque ele não compreende a ordem baseada na nossa explicação se nós a podemos cumprir? Será que ele aprendeu a ordem equivocadamente? Ou se enganou ao continuar a progressão? Estas questões são as mais próximas para se admitir, mas não as mais coerentes para o pensamento das *Investigações*. Através deste exemplo, Wittgenstein delinea parte da gramática do conceito de regra e seguir uma regra. Ele não nos pede para abandonar as convicções sobre o que fato de que os atos estão de acordo com as regras e que a fórmula não determina os passos futuros a serem dados, pois sabemos que as fórmulas determinam os resultados dados. Ele, portanto, procura afirmar que elas pertencem ao *nonsense*. Wittgenstein observa que “seguir uma regra é uma prática” (PU §202) e que “pensar que estamos seguindo uma regra é diferente de segui-la” (Id. *ibid.*); e que há uma tendência em afirmar que “todo agir de acordo com a regra é uma interpretação” (PU §201).

Na perspectiva deste último ponto, o passo correto seria o aprendiz concordar com a ordem, seguir a passagem de um número ao outro, 1000, 1002, 1004. Assim, ele deveria perceber o segundo número, ou o número seguinte, mais próximo após cada número que escrevia. E exatamente isso,

derruba a expectativa do instrutor de que ele devesse poder executar a ordem até o fim, aplicando a ordem como um todo, visto que, a apreensão de toda a aplicação da ordem não se dá num súbito, num golpe de vista. Ele precisa passar ponto a ponto, e em cada um deles é necessária uma nova decisão. O que isso quer dizer? Ao que parece, a ordem ou a fórmula não fornece um padrão do que é estar de acordo com a regra, fundamentalmente porque não se determina de antemão como vai ocorrer “cada passagem de um número para o número seguinte” (PU §189). Compreender a regra não é um processo reflexivo.

O engano do instrutor foi entender que o simples fato de ter uma significação da ordem já se tornaria possível antecipar no espírito todas as passagens, como se houvesse uma norma a ser partilhada com o aluno simplesmente ao lhe fornecer a fórmula.⁶⁴ Haveria, então, uma clara inclinação a admitir os passos seguintes como já propriamente feitos, bastando segui-los, como se fossem pré-determinados e como se bastasse a regra explícita para a compreensão. O instrutor, ao que tudo indica, diz Backer (1988, p. 224), estaria “sob a compulsão da regra. [...] Isto é, quando a regra não deixa espaço para se fazer escolhas, e se segue a regra com completa certeza como quem vê o padrão que está presente nela”.

Por outro lado, poderíamos pensar que a fórmula “+2” determina o que pode ser dado se supomos ou se já estiver expressa uma explicação do que ela significa, isto é, outra formulação de regra. O problema é que a necessidade de tal raciocínio continuaria ao infinito. Mas imaginemos que, mesmo que o aluno adquirisse o traço comum que perpassa a ordem

⁶⁴ PU §188

sequencial dos numerais, ainda assim, não significa que ele estará aplicando a regra. É um engano pensar que a fórmula (expressão de uma regra) traga em si seu modo de operar, como se esta fórmula somente pudesse ser usada de uma maneira determinada, pois não basta conhecê-la para ter a sua aplicação completa. Somente podemos pensar assim se a consideramos como símbolo do real uso de uma regra. Mas não é o que percebemos nas *Investigações*.

É preciso considerar como o aluno “tenciona significar” (*meinen*) ao fazer uso da fórmula. De modo geral, só há conexão entre a ordem e a sua execução no momento em que a aplicamos, visto que, não há um traço comum a ser sempre seguido, isto é, todos os passos futuros presentes de algum modo no ato de apreender.⁶⁵ Na hipótese destes passos serem seguidos, isso não faz com que sua ação corresponda a uma aplicação correta e definida da regra, pois nada garante que ele possa prosseguir usando a fórmula sempre corretamente em outras possíveis circunstâncias de uso. Para dizermos que ele compreendeu a explicação é preciso que, antes, ele possa distinguir entre um modo certo e um modo errado de fazer as coisas em conexão com o que ele faz.⁶⁶ A conexão entre o sentido das palavras “Continue a série ‘+2’ acima de 1000” e as regras que implicam esta articulação, é encontrada na “lista” de regras da execução da fórmula, no ensino dela, e em toda a prática da aplicação.⁶⁷ “Lista de regras”, aqui, faz referência à significação regida pelas “regras linguísticas” com as quais a palavra é usada nessa linguagem (o que entender por “número”, “anterioridade” e “posterioridade”, por exemplo)

⁶⁵ Cf. PU, §197.

⁶⁶ E aqui, a questão não fica em termos de verdade e falsidade, mas de um comportamento conforme a regra ou não.

⁶⁷ Cf. PU §197

Nesse sentido, “é como a fórmula é *visada* (*gemeint wird*) que determina quais passos são tomados” (PU §190 – grifo nosso). No entanto, isso não quer dizer que podemos ter em mente a aplicação completa da palavra antes mesmo de aplicá-la, como procuramos ressaltar. O modo como temos em mente ou tenciono empregar uma expressão é que determina as passagens a serem tomadas, ou seja, como algo é utilizado ou intencionado⁶⁸. Ter-em-mente (*meinen*) aqui não está relacionado a nenhum artifício mental ou imagético, mas ao modo de significar que pressupõe necessariamente uma linguagem, um “saber”, ou melhor, o interior do contexto de um sistema de atividades linguísticas e não linguísticas.⁶⁹ Assim, os passos a serem tomados para significar ou para empregar uma expressão são critérios impessoais, eles dependem de uma estrutura específica de circunstâncias linguísticas e não linguísticas; de modo geral, de um contexto, bem como, o modo de usar uma regra e os procedimentos para ensiná-la.⁷⁰ É preciso que haja uma relação entre o que o aprendiz faz e a fórmula, porque pode ser que ele não tenha visado a sua seqüência, e sim a outra seqüência, e esta relação se dá, antes de qualquer coisa, em e por um contexto, pois antes de se dar através de um meio de apresentação (*Mittel der Darstellung*) é preciso haver circunstâncias que a definem. Portanto, a intenção do aluno é aplicar uma fórmula, seja ela qual for, pois é isso que constitui o contexto de “aplicar uma fórmula”. Como viemos assinalando, toda definição só é inteligível na base de um domínio prévio da linguagem, no caso do aluno, a aplicação da fórmula. Portanto, é preciso *dominar* “o que acontece antes e depois do apontar” (PU §35) para se

⁶⁸ Cf. PU §190

⁶⁹ O que Wittgenstein chama no §664 de “gramática profunda” da linguagem em oposição a uma “gramática superficial”.

⁷⁰ Cf. BAKER G.; HACKER P. 1988. p.110-11

ter em mente (*meinen*) algo. Desde que estejamos no interior de uma linguagem previamente dada, podemos significar sempre algo por algo; no entanto, partilhar de uma linguagem significa partilhar, primordialmente, de um mesmo contexto de aplicação.

Contrariamente, se partimos da hipótese de que os passos corretos podem estar localizados na mente do indivíduo, isso seria análogo à estrutura de uma máquina, capaz de antecipar seus passos futuros e que, misteriosamente, conteria as possibilidades dos seus movimentos.⁷¹ Teríamos, então, um modo de operar expresso pela regra que, sendo comunicado a alguém, espera-se que se derive dela os movimentos determinados, como se os apanhasse em uma estante. No entanto, passam despercebidos de seu modo de operar, a quebra da máquina, a deformação das suas peças, etc. Essa analogia nos previne, principalmente, quando estamos dispersos e maravilhados em ver “o modo como usamos a máquina como símbolo de alguma forma de movimento” (PU §193). Wittgenstein aponta, mais uma vez, para o modo errôneo de uso da regra e da noção de compreensão ao entender que compreendemos uma palavra ao dizê-la e conhecer seu correspondente, esquecendo toda a possibilidade de aplicação no uso da palavra, o que efetivamente nos torna capazes de “compreender” seu sentido. É um engano entender o exemplo do aprendiz como se o que determinasse a ação estivesse por isso de acordo com a regra ou fosse alguma outra coisa e não a regra mesma. A regra em si é esta relação de possibilidades aberta pelo contexto em que se exerce e enquanto tal pode haver algo como seguir a regra ou não estar de acordo com ela.

⁷¹ Cf. PU §193

Em geral, estamos inclinados a equiparar a utilização da regra ao modo de operar desse mecanismo, entendendo que a ação correta da regra está contida antecipadamente na fórmula. O mau entendimento do modo de seguir uma regra ocorre pelo engano de interpretação da natureza do simbolismo. Ter uma imagem na mente do que se intenciona significar não garante que haja uma relação de significação entre a imagem e a coisa. Isso nos diz que o uso concreto que damos aos símbolos (nesse caso específico, a fórmula) mostra-se inteiramente desvirtuado: 1) usar imagens mentais ou um sistema ordenado para descrever movimentos ou passos dados numa determinada ação, ou seja, antecipar movimentos a serem realizados; 2) usar imagens ou um sistema ordenado para simbolizar um modo de ação que desconsidera a possibilidade do engano, dos modos deficientes que a ele podem pertencer, a quebra, a contração e etc. de suas partes. Essas possibilidades não são sustentadas no simbolismo. Tendemos a usar o discurso próprio da máquina como símbolo para falar da máquina como uso.

3.2 O PROBLEMA DA “INTERPRETAÇÃO”

Por outro lado, será que a possibilidade de seguir uma regra depende de um modo de interpretá-la? Considerando o que já foi apresentado sobre o assunto, é uma maneira equivocada entender a passagem de um ponto a outro da série de numerais como a ocorrência de uma interpretação seguida de outra (e não uma nova interpretação como no caso do *como*), uma interpretação a cada passagem. Neste caso, interpretar a regra seria simplesmente “a

substituição de uma expressão da regra por outra expressão” (PU §201). No §198, seu interlocutor questiona:

“Mas como pode uma regra me ensinar o que devo fazer nessa posição? O que quer que eu faça, deve ser compatível com a regra através de alguma interpretação.” — Não, não se deve dizer desta maneira, mas assim: toda interpretação, juntamente com o que é interpretado, está suspensa no ar; não pode servir-lhe de suporte. As interpretações por si só não determinam o significado. (PU §198)

O problema de entendimento da regra no caso da interpretação ocorre quando pensamos que o treinamento recebido para utilização de uma regra gera uma reação frente ao signo, por exemplo, frente uma placa de orientação. Assim, minha ação estará ligada a uma reação provocada pelo treino a determinado signo. E, na passagem de uma regra à outra ou de uma interpretação à outra, é possível concluir que, nessa intermitência privada, as regras não poderão assinalar nada e que, portanto, não haverá algo como “seguir uma regra”. Dito de outro modo, não haveriam passos incorretos e passos corretos já que não é o treinamento e o acordo explícito ou tácito de uma comunidade ou grupo que está em questão, mas interpretações particulares.⁷² Para Wittgenstein, o que ocorre, neste caso, é apenas a indicação de uma conexão causal entre a placa e a orientação, mas que ainda não diz em que consiste seguir um signo. Isso quer dizer que, o próximo passo numa cadeia de razões não é determinado apenas pela formulação da regra, nem pela interpretação que se faz dela, mas antes, por pertencer a um costume, a um hábito. “Querer dizer” ou “ter mente” algo, pertence a um uso, a instituições e não a um processo cognitivo do intelecto sobre o objeto – nas PhP §193, Wittgenstein se refere a “querer dizer”

⁷² Cf. PU §202

também como *Einstellung* (atitude, modo de pensar). Portanto, o significado tradicional e comumente aceito para o termo “interpretação” não poderia ser aceito nas *Investigações*. Para uma tradição de pensadores, interpretar significa uma apreensão teórica obtida após o conhecimento de algo ou da obtenção de alguns significados. E, para Wittgenstein, a determinação do significado não é algo teórico ou reflexivo, não depende exclusivamente do pensamento sobre algo – isso pode ocorrer, mas não é isso que determina o sentido das palavras. Parece-nos que é nesta direção que o filósofo se refere ao termo quando diz que “há uma concepção de regra que não é uma interpretação”.

Para ilustrar isso, vejamos o que diz o autor no § 256 das *PhP*: “Há a ordem represente-se isto! E a ordem: Veja a figura agora assim!; mas não “Veja a folha agora verde!”. Ao representar algo, sim, seguimos uma regra explícita, sabemos o que nos representar; mas na prática da linguagem não podemos seguir um comando voltando-nos para um aspecto da coisa. Se tiver que olhar a folha como folha verde, neste exato momento, me representá-la-ei verde; contudo, não é assim que agimos na linguagem. Na linguagem a folha já é verde, não preciso “tomá-la como...”; a uniformidade que se procura aqui, não passa de um envoltório que torna opaca a realidade. Assim, a concepção de regra que Wittgenstein quer ressaltar se manifesta durante a sua utilização no que chamamos seguir a regra ou ir contra ela, questão que trataremos a seguir.

Para concluir esta parte, vamos de encontro ao que entende Malcolm quando diz que “o que Wittgenstein não quer significar por ‘interpretação’, é uma *ação* em concordância com uma regra” (MALCOLM, 1989, p.155). As expressões pertencem a uma *gramática* que descarta a concordância com

regras explícitas e regulares. Nesse sentido, fica claro que a concepção de regra que Wittgenstein quer pôr em questão recusa a utilização do termo “interpretação” nos moldes de uma tradição, fundamentalmente relacionando-a 1) ao seu aspecto teórico, reflexivo e, conseqüentemente, 2) ao entendimento a partir de algo pré-estabelecido e concomitante à regra. Nosso escopo, aqui, foi evitar estas duas maneiras de olhar antes de tratarmos da questão sobre “seguir uma regra”. A interpretação não concorda com a regra, pois é a regra que é concomitante à compreensão, portanto, não é por possuir certo conhecimento/entendimento (como processo) sobre alguma coisa que sou capaz de interpretá-la. Os conceitos “compreensão” e “interpretação” sofrem um amplo giro na relação de dependência que guardam com seu suposto centro, a regra explícita. Veremos que eles não a dispensam, no entanto, sua influência é derivada no uso de uma expressão.

3.3 SEGUIR E APLICAR UMA REGRA

Uma boa pergunta para iniciarmos esta discussão é: Afinal, o que se aprende quando se aprende uma linguagem?

“Seguir a regra é uma prática”, diz o filósofo (PU §202). O contexto no qual seguimos uma regra abre possibilidades das quais podemos nos apropriar, ou seja, abre a possibilidade do uso de um sinal e outras orientações que se possam ter. Não pensemos aqui numa regularidade normativa exclusivamente repetitiva — como procuramos mostrar também no problema da “interpretação”. Esse tipo de regularidade é o que ocorre no caso de um cão que foi condicionado a responder de uma determinada maneira, ao que lhe

aconteceu no passado. Agora pensemos naquele caso, no qual é possível continuar a série de números naturais além de 100 devido ao treino. Vemos que a “causa” das situações, tanto em um quanto no outro exemplo, se diferencia. O cão foi condicionado a responder de uma determinada forma e quando não pode se expressar nesta forma, não sabe o que fazer, fica sem reação. Já o aprendiz *sabe* a maneira de continuar a escrever na base do que lhe foi ensinado, muito provavelmente ele continua a série, ele *pode* fazer, pode continuar. Aqui vemos o sentido pleno da expressão “hábito” e “treino” para as *Investigações*, a compreensão de se fazer a mesma coisa em circunstâncias semelhantes.

No §74 o autor nos diz que, “de acordo com a experiência, quem *vê* uma folha de um modo particular, utiliza-a deste e daquele modo ou de acordo com tais e tais regras”. Contudo, a questão que ainda se põe é: se há naturalmente um ver *assim* e um ver de *outro modo* (se já apontamos para a impossibilidade de reduzir a impressão visual das semelhanças a algum tipo de descrição), então, como entender que a orientação à regra ocorra, para uns de uma maneira e para outros de modo diferente?⁷³ Como entender a reação à regra de maneiras distintas ao considerarmos o mesmo treinamento recebido?⁷⁴ Ao que nos parece, as respostas a estas questões resumem o entendimento de como é possível seguir uma regra.

Primeiramente, é preciso perceber que a regra não nos indica o que fazer; se assim fosse, diríamos “a quem treinamos: ‘Veja, faço sempre a mesma coisa: eu....’” (PU §223); diríamos o modo exato da ação, mas não é isso que acontece, somente superficialmente parece a regra indicar uma

⁷³ Cf. PU §74

⁷⁴ Cf. PU §206

direção a seguir e um ponto a chegar. Além disso, aplicar a regra corretamente não significa copiar o que a outra pessoa faz; o uso da regra pode ser iniciado desse jeito mais rudimentar (outro exemplo é quando o professor guia a mão do aluno que está aprendendo a escrever), no entanto, a aplicação real da regra se dá quando o aprendiz a usa de modo que *não* poderia fazê-lo se apenas a tivesse copiado ou “descoberto” a fórmula (um traço comum que ele “intui”). Aprender a usar a regra aparece, em Wittgenstein, mais na sua prática de uso do que naquilo que ela normatiza condicionalmente. Aí vemos claramente a influência da compreensão. Como afirma Balthazar (1972, p.158), “a maneira como Wittgenstein desdobra o mapa filosófico do conceito de seguir uma regra parece destinado a nos levar a um nível – o operatório – em que estes três aspectos (*Sinn, meinen e Verstehen*) se sobrepõem, talvez mesmo até o ponto de coincidirem”.

Observemos o modo de reagir do aprendiz ao exemplo do instrutor. Ao continuar a série ele reage de uma maneira ou de outra. Diz Wittgenstein: “a compreensão de regra [...] se exprime, de caso para caso da aplicação, naquilo que denominamos ‘seguir a regra’ e ‘ir contra’ a regra” (PU §201). É preciso ressaltar que o aprendiz só incorre em um erro ao efetuar uma ação diferentemente do que lhe foi pedido, porque para abrir essa possibilidade do erro é preciso que o que foi estabelecido como correto possa ser transgredido. Isso é fundamental para entender que a noção de seguir uma regra é logicamente inseparável da noção de cometer um erro.

Outro exemplo que podemos recuperar aqui é o do parágrafo 2, o construtor e seu ajudante. Este último segue ordens, do tipo: “Traga-me uma laje!”, e prontamente as obedece entregando o objeto pedido. Mas o ajudante

segue a ordem quando ao invés de entregar uma laje entrega um bloco? Nesta descrição não se abre a possibilidade do engano, se desconsidera a hipótese do erro, visto que, o jogo se limita a receber a ordem e reagir a ela dentro dos limites desse jogo, qual seja: lidar com aqueles objetos e aquelas palavras tão somente (“como se essa fosse toda a linguagem de um povo”). Não há nele a possibilidade de incorrer no erro. Nessa perspectiva, ou se segue a regra ou não se age (como descrevemos acima no caso do cachorro). Nesse jogo de linguagem aquele que não segue a regra ou por pedir ou por trazer um objeto que não pertence a este jogo de linguagem, passa a não agir. Agora não falamos mais em “regra”, já que sem a possibilidade da escolha pelo correto e pelo incorreto não pensaríamos mais na linguagem, nem na significação, pois trazer uma viga ao invés de uma laje, não é dar um lance no jogo de linguagem. Todo jogo precisa da possibilidade da incorreção, do erro para que a regra se torne aparente e para que ela incorra em algo. No caso dos construtores não se está utilizando a regra como um padrão de correção porque ela não é capaz de desencadear uma ação.

Voltemos ao exemplo inicial. A possibilidade do comportamento errado do aprendiz frente a fórmula pressupõe que ele já esteja seguindo uma regra. Não faria sentido pensar que seguir a regra fosse seguir algo prescrito e que, portanto, resultasse em um comportamento sempre regular e perfeito, onde se faz tudo sempre como deve ser feito. Sabe-se que, se segue uma regra quando alguém pode se perguntar se o que ele está fazendo está sendo feito corretamente ou não. Não há nenhum outro ponto do seu comportamento que mostre onde a noção de regra pode encontrar apoio senão no contexto prático do jogo de linguagem. Sem ser redundante, o que está em questão não é

encaixar a regra tal qual um ato mecânico, mas sim entender que algumas maneiras de seguir aquele exemplo são permitidas e outras não. Todo erro deve ser reconhecido a partir de uma espécie de acordo entre os homens e suas ações. O aprendiz, diz Winch, “tem de adquirir a capacidade de aplicar um critério; tem que aprender não somente a fazer coisas da mesma maneira que seu professor, mas também de entender *porque é importante* essa mesma maneira” (WINCH, 1970, p. 63). Nessa perspectiva, aprender a série de números naturais significa ser *capaz* de continuar a série; não de copiar a série infinita de números, mas continuar a escrever os números que ainda não foram mostrados. Ou então, quando um jogador de futebol é penalizado quando “entra em impedimento”. Ao contestar que tenha cometido impedimento, ele ao mesmo tempo, afirma que estava de acordo com a regra que proíbe e constitui o impedimento. Ele afirma compreender a regra e, portanto, a seguiu-la como aquilo que não pode ser feito ou que foge às regras. Podemos dizer, então, que a aprendizagem da regra é sua aplicação e a aplicação da regra deve nos tornar capazes de avaliar o que está sendo feito.

É possível, ainda, que se o aprendiz fizer algo diferente do que lhe foi mostrado para continuar a série de numerais, ele também o faça da mesma maneira nas situações semelhantes que vier a encontrar. Quando pensamos no hábito ou em adotar uma regra, nossa tendência é entendê-lo como uma reação que se dá sempre do mesmo modo e que nos leva a fazer as coisas sempre de um mesmo jeito. Nessa perspectiva, o modo como se reage passa a ser, digamos assim, uma “demonstração” do mesmo ponto de vista. Aqui, uma “mesma” reação é entendida pelo ato de seguir uma regra formalmente, tal qual ela determina o comportamento. Para Wittgenstein, não. Seu sentido não

vem do ato de seguir a regra formalmente, mas ao se ter em conta não somente as ações da pessoa que age, mas também a reação das outras pessoas ao seu comportamento. É preciso que outras pessoas reconheçam a regra que está sendo seguida por alguém para que esse alguém possa dizer que está seguindo inteiramente uma regra. Mesmo que ocorra a impressão de que a regra produziu em mim, antecipadamente, todas as suas consequências (como foi o caso do instrutor e de seu aprendiz), é preciso que as tenhamos de modo claro e natural (*selbstverständlich*), isto é, desde seu modo de aparecer, seu modo de uso, desde uma *praxis*.⁷⁵

A crítica de Wittgenstein à inanidade da formulação clássica do conceito de identidade está diretamente relacionada a uma regra dada na qual a palavra *mesmo* adquire um sentido definido.⁷⁶ Diz o filósofo:

Não há melhor exemplo de uma proposição inútil que, no entanto, está ligado com um jogo da representação (*Vorstellung*). É como se, na representação, metêssemos a coisa dentro de sua própria forma, e víssemos que se encaixa. (*ibid.*)

O problema crucial desse princípio é que ele dissimula as relações fundamentais que existem entre a identidade, o sentido e a identificação. Quando Wittgenstein diz que a aplicação da regra é a *mesma*, ele quer dizer que a identidade não é, originariamente, um conceito propriamente dito, mas sim uma operação que a *praxis* da linguagem efetua sobre as coisas. Seria somente enquanto atos de aplicação da regra que eles permanecem idênticos.⁷⁷ Aos olhos de Wittgenstein, o uso da palavra “mesmo” não pode ser explicado por nenhuma descrição. Detalhar o significado de um conceito

⁷⁵ Cf. PU §238

⁷⁶ Cf. PU §216

⁷⁷ Cf. FILHO, 1972, p.170-171

através da sua gramática específica não significa aplicar a sua *gramática* de uso. O uso da palavra “mesmo” exige uma referência às atividades e normas de uma comunidade ou grupo. Assim, o que confere sentido e *unidade* aos atos são as regras guiadas pelo contexto operatório no qual eles se realizam. É nesse sentido, portanto, que toda “interpretação”, isto é, que todo “ver de algum modo”, envolve a aplicação de “regras”. “Fazer o mesmo em circunstâncias semelhantes” (convenções) está mais próximo ao modo de representação da regra do que do comportamento e ações humanas que exemplificam regras.⁷⁸

Como falamos acima, para que haja julgamentos de identidade é preciso que haja certa regularidade ou uniformidade em questão; procuremos entender, então, como se caracterizam os “critérios de identidade” que estão diretamente relacionados à regra, ou seja, quando os mesmos comportamentos acontecem em circunstâncias ou ocasiões semelhantes.⁷⁹

Para investigar o acordo nos julgamentos de identidade e o modo da regularidade de uma regra é preciso examinar a natureza da regra. E para compreender os “critérios de identidade” que governam determinadas regras, é preciso que eles sejam relativos a um modo de comportamento. Winch (1970, p.84) nos dá um exemplo esclarecedor:

Alguém que não tenha compreensão dos problemas e dos processos da física nuclear, nada ganharia em assistir a uma experiência como a de Cockcroft-Walton de bombardeio do lítio pelo hidrogênio; na verdade, até a descrição do que estaria a ver, nos termos técnicos da experiência, seria ininteligível para ele, desde que o termo “bombardeio” não tem, no contexto das atividades dos físicos nucleares, o mesmo sentido que tem nos

⁷⁸ É assim que as experiências passadas ganham tamanha relevância com relação ao nosso comportamento cotidiano.

⁷⁹ Vê-se aí que para obter critérios de identidade é necessária a relação com alguma regra. Diz Wittgenstein no §225, “o uso da palavra ‘regra’ e o uso da palavra ‘mesmo’ estão entrelaçadas (tal como o uso de ‘proposição’ e o uso de ‘verdade’)” (PU §225).

demais casos. Para compreender o que estaria passando na experiência, teria que aprender a natureza da atividade dos físicos nucleares; e isto incluiria aprender os critérios de acordo com os quais eles procedem aos julgamentos da identidade.

O que nos importa ressaltar na questão da regularidade é que a identidade das regras se funda em um contexto de prática comum. Pois, é desde as circunstâncias que podemos reconhecer ou identificar algo ou uma regra como a “mesma” para outro alguém. Assim sendo, os critérios de identificação de uma regra dependem do modo de significação advindo do jogo de linguagem, pois pressupõem uma situação prévia.

3.4 REGRAS CONSTITUTIVAS E REGRAS REGULADORAS

Podemos dizer, então, que uma regra explícita não é a explicitação de uma regra, ou seja, que uma regra explícita não se constitui do conjunto de ações passadas que podem ser evocadas e aplicadas de uma nova maneira, mas aparece meramente como uma representação do modo a seguir. E sabemos que uma representação não cumpre o papel de uma regra, porque a regra deve trazer em si todo seu espectro de ação, e no caso da representação ou do sinal, ao contrário, o delimitaria ao que ficou ajustado. Importa perceber, portanto, que as regras explícitas de um determinado jogo não bastam para que se possa recorrer a uma regra. Por exemplo, para dizer que não faz parte das regras do jogo de xadrez que o bispo corra na vertical é preciso que paire sobre o jogo outras regras as quais as regras explícitas do xadrez não pertencem, dito de outro modo, é preciso haver no horizonte dessa afirmação uma duplicidade no sistema de regras, ou seja, a possibilidade de incorrer num

outro conjunto de regras que não as explícitas. Portanto, devem estar implicados dois tipos de regras para se recorrer a uma regra.

Como bem lembrou-nos Balthazar Barbosa Filho, em sua tese de doutoramento, através dos *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language* de John Searle, pode haver uma distinção de regras. Lançaremos mão delas, apenas na medida em que podemos falar em dois momentos da regra em Wittgenstein. Sabemos que estas duas distinções não estão explícitas na obra de Wittgenstein, contudo, é indubitável que nosso autor insista nelas durante boa parte das *Investigações* e outras obras.⁸⁰ Apesar das diferenças de papéis que elas possam representar nas duas filosofias, nos valeremos desta distinção entre regras para ilustrar nossa perspectiva.⁸¹

Interessa-nos apresentar aqui, o funcionamento das regras, ressaltando a dependência das regras que viemos chamando de “explícitas” de outras que pertencem ao jogo tacitamente, além disso, procuramos deixar claro o seu modo operatório, de forma a perceber o campo relacional entre os dois tipos de regras.

Quando se diz que é preciso saber alguma coisa antes de poder questionar qualquer denominação, já podemos entrever aí certa distinção entre regras.⁸² Ou então, quando se relacionam as regras de um jogo à linguagem:

Podemos facilmente imaginar pessoas que se divertem num campo, jogando com uma bola: elas começam jogando diversos jogos conhecidos, não levam alguns até o fim, e por vezes jogam a bola para o alto sem objetivo. Correm uns atrás dos outros com a bola, atiram-na uns nos outros por

⁸⁰ Cf. WITTGENSTEIN, 1967, §320; WITTGENSTEIN, 2008a, I, 23 p.60; PU §6, §30-1, §83-7, §90, §242, *passim*

⁸¹ Não trataremos de expor essa distinção, mas uma boa explanação dela pode ser encontrada em FILHO, B.B., 1972, p. 129-134.

⁸² PU §30

brincadeira, etc. E agora alguém diz: o tempo todo elas estão jogando um jogo de bola, e por isso guiam-se, a cada jogada, por regras determinadas. (PU §83)

Por mais que as regras pareçam alteradas e variáveis, eles jogam o jogo guiados por *regras*. Contudo, estas regras não estão explícitas. Na distinção de Searle, as regras constitutivas (*constitutive rules*) são as que governam comportamentos e atividades preexistentes, são regras instituídas que criam ou definem novas formas de comportamento, são as que viemos chamando de “explícitas”. Toda a atividade em questão depende logicamente dessas regras, por exemplo, cozinhar e lavar, que são atividades com determinado propósito. Já as regras reguladoras (*regulative rules*) são aquelas que governam certos comportamentos que existem independentemente delas, são regras seguidas sem um consenso explícito, segue-se as naturalmente e pertencem ao jogo em questão. Atentemos ao seguinte exemplo.

Quem se guia, quando cozinha, por regras distintas das corretas, cozinha mal. Porém, quem se guia por regras distintas das que são próprias do xadrez, joga um jogo diferente; e quem se guia por regras gramaticais tais e tais, nem por isso diz algo incorreto, senão que fala outra coisa (WITTGENSTEIN, 1967, §320).

Fazer mal alguma coisa significa que alguém não soube seguir certo comportamento, portanto, não faz bem o que se propôs, é o caso de cozinhar. No caso de jogar xadrez ou de seguir as regras da gramática, quando não se tem o comportamento esperado não se efetiva o que se pretende, mas se faz outra coisa. Faz-se outra coisa que apenas se aproxima da intenção, porque se continua jogando um jogo ou utilizando regras da gramática, mas que não está sob o crivo da determinação explícita da regra. As regras reguladoras,

contrariamente às constitutivas, são regras nas quais as atividades relacionadas a elas são independentes da própria existência desta regra, porque são atividades que preexistem a ela, à regra reguladora, por exemplo, a *praxis* de se jogar um jogo.

Importa-nos notar, contudo, que no exemplo seguinte (WITTGENSTEIN, 2008b, p.20), a regra constitutiva é sublinhada a partir de seu alcance transcendental, pois ela tem um abarcamento tal que pressupõe uma identificação e uma constituição “gramatical” ou transcendental prévia. O que resulta, então, é que os dois tipos de regras serão relativos, e estarão dependentes da perspectiva desde a qual se miram as regras. Vejamos.

O que acontece se entre as 4 h e as 4:30 h A espera que B venha a seu quarto? [...] Pode ser isto: às quatro horas olho para minha agenda e vejo o nome “B” junto da data de hoje; preparo chá para dois; penso por um momento “será que B fuma?” e ponho cigarros à vista; por volta das 4:30 h começo a sentir-me impaciente; imagino qual será o aspecto de B quando entrar no meu quarto. (WITTGENSTEIN, 2008b, p.20)

Esta descrição pode ser considerada sob duas perspectivas, onde prevalecem as regras constitutivas ou as reguladoras. Se for tomada como a descrição do “conjunto das minhas ações” nesse intervalo de tempo, neste caso comandariam as regras reguladoras, pois essas ações preexistem à regra segundo a qual são praticadas. Ou como a descrição da “espera por B”, aí comandariam as regras constitutivas, pois se costuma seguir as regras de boas maneiras ao se receber alguém, por exemplo, oferecendo algo ao visitante. “Por cigarros sobre uma mesa” só se torna este gesto especificamente, se pressupormos as regras que o define, caso contrário tais gestos serão parte do

conjunto das minhas ações. Dependendo do ponto de vista em que nos encontramos veremos este gesto como ajustado a regras reguladoras se for descrito como os movimentos que levam a determinado propósito, o jogo dos movimentos físicos, ou então, ajustado a regras constitutivas quando esses movimentos forem relacionados como parte do comportamento de espera.

Para adotarmos esta distinção entre uma regra e outra, é preciso já haver previamente tomado partido de um modo de descrição (*Darstellungsweise*), explícita ou implicitamente. Tanto um modo de descrição quanto o outro, significam a “mesma coisa” de maneiras diferentes ou em outra perspectiva. Parece claro, portanto, que os critérios de identidade do acontecimento dependem do jogo de linguagem particular a partir do qual se está falando. Ou seja, o modo de descrição do acontecimento “depende do conjunto de regras a partir das quais o acontecimento ou o comportamento é (pré) constituído como isto ou como aquilo”. (FILHO, 1972, p.121) Falar, por exemplo, do jogo de linguagem da sensação vai depender do conjunto de regras que o próprio contexto ou jogo de linguagem impõe para identificá-lo como tal. Tratar dos critérios específicos do jogo de linguagem da sensação não é nosso objetivo aqui, mas sim, mostrar que eles estão em estrita relação com o próprio contexto de jogo e que este, por sua vez, depende ainda da pré-compreensão operatória e, portanto, do âmbito aberto pelo ensino ostensivo das palavras. Neste sentido, as regras pressupõem implicitamente este mesmo âmbito. Tanto uma perspectiva quanto a outra, ou, para que um modo de descrição ocorra, é preciso considerar a pré-compreensão prática para poder

admitir uma distinção de regras. Estas duas distinções de regras passam agora a ser imanentes à linguagem⁸³.

Nessa perspectiva, “seguir uma regra é uma prática”, algo aberto pela *praxis* (PU §202). Pensemos no caso do jogador que ao “preparar o tabuleiro” com as peças, move o bispo verticalmente. Levantada essa impossibilidade, nos pautamos pelas regras constitutivas dos movimentos do xadrez. No entanto, a justificativa para este comportamento pertence a outro conjunto de regras praticadas, as regras de se “preparar um tabuleiro de jogo”, e nestas, vale correr com o bispo na vertical, porque, além de se por como um comportamento de preparação do jogo, é um comportamento que pressupõe a atividade de se jogar uma partida e este comportamento já estaria implicado na atividade, mas é um comportamento independente das regras constitutivas. Evocar uma regra significa abrir a possibilidade de utilização de outro grupo de regras (erigidas pela própria ação), grosso modo, dizer por que se agiu assim e não de outro modo. Aquilo que a regra proíbe, levanta uma nova ação segundo outro sistema de regras na qual ela é praticada.

Essa ação deve ser uma amostra de racionalidade na medida em que ela deve poder ser admitida como a conduta de um grupo. Pois, assim, pode haver a compreensão de que o outro jogador fez um lance errado e que o diálogo com ele possa ter continuação apesar da desigualdade em seguir a regra. Todo critério, justificativa de uso ou evocação da nova regra é compreendido como uma possibilidade de escolha. Diz Winch (1970, p.68), “É por isso que a conduta é o produto da compreensão, e somente ela é conduta

⁸³ Contrariamente ao que se observa em Searle se pensamos na sua teoria dos atos de fala (ver referências bibliográficas).

na qual há uma alternativa”. Assim, toda e qualquer ação envolve “seguir regras”. Pois toda ação segue a perspectiva possível de um jogo de linguagem.

3.5 O NOVO CONTEXTO DE SEGUIR UMA REGRA

Exploremos isso que dissemos logo acima, que as ações precedentes envolvidas no contexto são “lembradas” para reger a maneira de agir de acordo com uma regra, retomando o jogo de linguagem apresentado no §2 das PU. Pensemos na crítica que Wittgenstein destina a este modo de operar com as palavras, lembrando a sua função crítica. O ajudante segue a ordem: “Traga-me uma laje!” e prontamente entrega ao construtor o objeto pedido. Procuremos entender aqui o que “não é” seguir a regra. No §86 vemos que o modo de seguir uma regra é relativo à instrução recebida; uma regra pode ser seguida de variadas maneiras desde que um esquema tenha sido dado e aceito publicamente. “Um tal esquema é anexado à tabela como regra que indica como ela deve ser usada” (PU §86). Assim, alguém só pode errar quando um esquema for estipulado publicamente como verdadeiro. Pois, caso contrário, não estaria seguindo regras. O que ocorre é que para poder estipular uma regra e poder transgredi-la é preciso que ela seja compreendida enquanto tal; é preciso que ela tenha sentido antes de se tomá-la como condição de verdade. Contrariamente a essa perspectiva, pensam aqueles que deixam de avaliar o papel da noção de *Verstehen* considerado no todo das *Investigações* e entendem que as condições de sentido de uma regra somente se constituem se se limitam ao âmbito das suas condições de verdade.⁸⁴ Neste caso, vale

⁸⁴ Para tanto, ver GIANNOTTI, J. A. *Lições de Filosofia Primeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.355.

perguntar: como a definição da regra se mantém no uso? Analisamos acima a noção de “mesmo” e vimos que ela acena para uma ambigüidade sistemática ao não poder responder à pergunta sobre o porquê de duas coisas serem consideradas as mesmas. Supõe-se que somos capazes de significar pelas palavras “Torre Eiffel” a construção francesa, isso implicaria numa conexão entre a imagem do que me mostraram no passado com o que eu sou capaz de significar agora. Mas continuamos a perguntar: o que é seguir uma definição? Como essa definição está conectada ao uso subsequente da expressão definida? Como saberei se o uso que faço da palavra é o mesmo ou é diferente do que me foi prescrito na definição? Se continuasse usando a palavra “torre” da mesma maneira que me foi dada pela definição, teria o uso correto da palavra, no entanto, o uso correto não é o mesmo que se dá para o uso da palavra “Eiffel”. Aqui não sabemos se duas coisas devem ser consideradas as mesmas ou não, a menos que levemos em consideração o contexto no qual a pergunta pela identidade entre elas se origina. É nesta perspectiva que entendemos que as condições de sentido dependem e se constituem a partir do contexto, das circunstâncias do jogo, antes mesmo de se chegar a falar em condições de verdade, da fixidez frente uma significação tida como verdadeira. É o caso de recordarmos aqui uma obviedade: tem-se algo como verdadeiro até que ele deixa de sê-lo. No caso do ajudante e do construtor, responder-lhe ao pedido de “traga-me um bloco” e entregar-lhe um bloco completamente trincado ou um bloco que falta um pedaço, continua ele seguindo uma regra se a função daquela pedra não pudesse ser empregada? Como seria recebido pelo construtor ao verificar que não poderia utilizar a pedra na construção? Será que a pedra “bloco” continua mantendo as mesmas definições que a faz

ser chamada de “bloco” caso ela não sirva mais para a função ao qual foi comprometida, se pensamos na denominação? Outra questão é saber se este jogo de linguagem se mantém. Ao que parece, não. Como continuar tendo como prerrogativa as condições de verdade de algo, para somente então, se constituírem as suas condições de sentido, se assim admitirmos? De qualquer modo, nesse jogo de linguagem não há a possibilidade do correto e do incorreto, pois trazer “outra coisa” que o que foi requerido não é agir. Todo jogo precisa da possibilidade da incorreção, do erro para que a regra, a importância da regra, se torne aparente. No caso da funcionalidade da pedra não se está utilizando a regra como um padrão de correção porque ela não é capaz de desencadear uma ação.

CONCLUSÃO:

O pensamento das *Investigações Filosóficas* procura atingir novamente aquilo que deu origem à linguagem e que se perdeu no seu próprio emaranhado, o homem. A ficção que parece se impor pela visão tradicional da linguagem é a da investigação da linguagem que nos coloca de frente para ela, como um outro, um adversário. Somos capazes de nos pôr de fora da linguagem com a proposta de investigá-la. Através da noção de jogos de linguagem, Wittgenstein recupera a essência da linguagem como familiaridade ao mundo, ou antes, a familiaridade com o contexto de jogo. Além disso, seu pensamento fala dentro da linguagem sobre a linguagem, isto é, desde uma totalidade referencial e contextual através da concepção de uso da linguagem. O modo de ação ou comportamento está implicado no jogo que vai dando as

coordenadas da performance de encontro do sentido da palavra – e sentido, aqui, não recobre uma significação única e invariável, mas uma significação possível e não determinada. Há uma maneira de jogar o jogo e ela se dá no uso da linguagem, na sua *praxis*. Nesta *praxis*, a compreensão se exerce.

Já o caso de alguém que não compreende uma expressão frente à multiplicidade de palavras da nossa língua, pode-se explicá-la por meio de elucidações e definições; essas explicações também dependerão do contexto. Contudo, pensamos aqui, no decorrer de nossa pesquisa, na exemplificação de uma criança que ainda não conhece as palavras de nossa linguagem, ou se conhece, as conhece em pequeno número. Nesse caso, os exemplos funcionam, especificamente, como *Abrichtung*. Falamos desta questão no segundo capítulo: a apreensão operatória do sentido é uma *Abrichtung* na exemplificação, “no sentido de um nascimento para uma forma de vida”, como bem nos lembra Balthazar Barbosa Filho (1972, p.61). Ele diz em seguida:

Isso não significa simplesmente a inserção em uma forma de vida ou em uma cultura específica, por oposição à outra (contrastamos a forma de vida dos esquimós com a dos ingleses, por exemplo). Muito mais profundamente, isso significa a inserção em uma rede prática geral que define, para nós, o humano e a linguagem, a essência e o sentido. (Idem, *ibid.*)

O modo de agir comum aos homens seja para alguém que desconhece uma língua estrangeira, seja para alguém que não conhece ainda as palavras, é o sistema de referência.⁸⁵ Assim, a associação entre palavra e coisa é o procedimento que dá acesso direto ao conceito, mas pensado enquanto *Abrichtung*. A aprendizagem da linguagem depende desse modo de comportamento, o treinamento que, como procuramos mostrar, não se trata de

⁸⁵ Cf. PU §206

um comportamento cogitante ou reflexivo, mas simplesmente de uma ligação associativa entre palavra e coisa. Esta ligação recusa toda relação mental de associação e se perfaz num âmbito contextual e de “interpretação”, na medida em que, todo compreender é um interpretar, é ver algo de algum modo.

Por conseguinte, é imprescindível lembrar que o treinamento está implicado numa pré-compreensão operatória e que é através dela que se dá o nascimento do sentido. O entendimento de algo não existiria sem que ocorresse uma pré-compreensão do contexto. O compreender é visualizado quando “sei” aplicar uma palavra ou frase, ou seja, sei qual é o contexto no qual ela se dá ou “pode” se dar – lembremos que Wittgenstein, no §150 das *Investigações*, nos aconselha a pensar o termo “saber” (*verstehen*) em estreito parentesco com a palavra “poder” (*können*). Num sutil distanciamento do termo *Verstehen* de Heidegger, no qual a pré-compreensão se enraíza no ser-no-mundo e é um modo de existir, ela seria a compreensão do que significa pronunciar uma frase, pronunciar algo que tenha sentido. Há em Heidegger, portanto, uma comunicação não produzida pela linguagem que é anterior à comunicação produzida pelo próprio discurso que em certo momento se distancia, ou rompe por hora, com a *praxis* da linguagem e com o uso ou manualidade (apesar dele pôr em curso a sua investigação sobre a linguagem desde a compreensão que se dá na linguagem, isto é, considerando o enunciado, a sentença, a comunicação. Heidegger fala sobre aquilo que é condição de possibilidade da linguagem, ainda de dentro da linguagem). Para Wittgenstein, pensar uma *praxis* da linguagem, implica muito mais em um saber usar as palavras com sentido, seja ele estabelecido pela gramática de uma língua (o que chamamos de “regras explícitas”), seja o sentido possível

que vem pelo contexto (o que chamamos regras reguladoras e regras constitutivas). Contudo, um ponto comum entre estes pensadores é que ambos admitem uma comunicação primeira (prático-operacional) com o que nos rodeia, ou melhor, com o plexo de relações de sentido que advém pelo uso das palavras. Se não houvesse essa comunicação primeira com o que nos circunda, o sentido das palavras não se daria.

Alguém poderia alegar certa circularidade na nossa visão de ensino e definição quando da afirmação sobre a importância do ensino ostensivo das palavras é proposta a abertura de um domínio operatório prévio capaz de possibilitar a denominação e, principalmente, porque a denominação se dá através do ensino ostensivo das palavras. Justificamos esta posição ao pensarmos que toda denominação está entrelaçada com a definição do nome, podendo assim admitir a anterioridade do domínio operatório como ensino ostensivo ou treinamento. Partimos do entendimento de que o “comportar-se” por treinamento é uma referência à essência da linguagem, então, o que está sempre presente são as nossas relações com os variados jogos de linguagem, ou modos de atuação. Jogos que nos definirão sempre como fazendo uso, inserindo-nos numa rede contextual de uso do sentido. Pensemos, assim, em uma compreensão que se antecipa a qualquer tipo de explicação teorizante ou tematizadora, mas que pressupõe a exemplificação prática da referência a um outro algo. Deste modo, compreender um sentido implica considerarmos a linguagem desde uma rede prática geral, isto é, compreendê-lo desde um jogo ou uma forma de vida. Para Wittgenstein, filosofia significa partir do fato primeiro da linguagem. Esse fato é o lugar indepassável da possibilidade do sentido. E o fato é que a linguagem não se daria se não fosse essa relação

contextual com o uso das coisas, isto é, com o sentido. Porque a denominação só é possível pela associação ou ligação de palavras, e essa associação apenas se dá pelo treinamento. Essa questão se desdobra agora da seguinte maneira: toda denominação é uma definição? O parágrafo 15 das *Investigações* aponta afirmativamente a ela: “a palavra ‘designar’ é talvez mais diretamente empregada lá onde o nome está sobre o objeto que ele designa”, ou então quando afirma que “denominar algo é semelhante a colocar uma etiqueta numa coisa”. Não esqueçamos que tal posição é, não só a de certa concepção da linguagem, quanto é a que nós mesmos empregamos cotidianamente. Como bem lembra Wittgenstein: é assim que fazemos uso da linguagem. Uso e aprendizado de uso se equivalem.

Detemo-nos até aqui apenas na elucidação do ensino ostensivo e de sua posição inaugural na essência da linguagem, no entanto, é preciso trazer à baila a participação da definição das palavras para completar o pensamento wittgensteiniano sobre a linguagem. Parece-nos que Wittgenstein sempre procurou combater a idéia de que o ensino ostensivo é capaz de abarcar a totalidade da explicação da utilização das palavras. Ao nosso ver, ele utiliza o ensino ostensivo juntamente com a definição das palavras de modo a não se valer apenas do primeiro como explicação completa. O ensino tem seu papel inaugural na questão do sentido, mas precisa que a definição funcione de modo a possibilitar a comunicação. A definição neste caso, não será restritiva já que supõe o domínio prévio da linguagem e do sentido. Ela somente funciona caso se conte com o uso, isto é, a significação que a palavra deve desempenhar na linguagem. A definição, portanto, não está pré-estabelecida por uma gramática da língua, mas é agora fluída e está em estrita relação com

o contexto de uso da palavra. Assim, sempre que utilizamos a definição de palavras estamos pressupondo aquilo que se dá praticamente no compreender enquanto estamos num jogo de linguagem, e sempre estamos. Esta articulação prévia advinda da familiaridade que temos com o que nos circunda se manifesta no nosso modo de agir ao fazer associações e referências entre palavras e coisas.

Dentro desta abordagem fica claro que procuramos distanciar o pensamento do filósofo da idéia de uma linguagem tomada como um conjunto estruturado de signos que se combinam de uma determinada maneira com vistas à comunicação humana. Não são as línguas nem tampouco os signos representantes da essência da linguagem. Essa afirmação pôde ser feita à medida que se percebeu que o sentido não surge da ligação exclusiva entre palavra e coisa, o que surge desta ligação é o treinamento, não o sentido propriamente dito, o sentido é compreensão de uso, é saber usar. Logo, a impressão de que o sentido da palavra pode ser encontrado como que anexado à coisa é ilusória. Vai-se embora, desse modo, o ideal de exatidão das palavras, agora se pensa a “significação” a partir dos jogos de linguagens, os contextos relacionais de uso das palavras. A possibilidade de fazer uso das palavras e também das coisas já é algo familiar e, portanto, pertence à pré-compreensão. Ainda que empreguemos o termo “árvore” dizendo, “A árvore é de vidro” essa sentença não deixará de ter sentido, ou quando digo, “árvore prédio dentro”, o seu sentido é não o tê-lo. Nessa medida, o conceito de sentido foi tomando forma no decorrer da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção “Os Pensadores”)

BAKER, G.P.; HACKER, P.M.S. **Wittgenstein: Understanding and Meaning - an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations/ Essays**. Oxford: Blackwell, 2005. v. 1/2, parte 1/2.

BAKER, G.P. & HACKER, P.M.S. **Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity**. Oxford: Blackwell, 1988.

BARBOSA FILHO, B. **Os modos da significação**: sobre a noção de significação nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein. 1972. 244 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia da Universidade de Louvain: Bélgica, 1972.

CONDE, M. L. L. **Wittgenstein: Linguagem e mundo**. São Paulo: Annablime, 1998.

DALL’ AGNOL, D. **Ética e linguagem**: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein. Florianópolis: UFSC, 2005.

DE LARA, P. **L’expérience du langage**: Wittgenstein philosophe de la subjectivité. Paris: Ellipses, 2005.

DIAS, M. C. **Kant e Wittgenstein – os limites da linguagem**. Rio de Janeiro: Dumará, 2000.

FAUSTINO, S. **Wittgenstein – o eu e sua gramática**. São Paulo: Ática, 1995.

GIANNOTTI, J. A. **Apresentação do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Breves considerações sobre o método em Wittgenstein**. In: D. DALL' AGNOL (org.). **Wittgenstein no Brasil**. São Paulo: Escuta, p. 89-106, 2008.

_____. **Lições de Filosofia Primeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GLOCK, H-J. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GUIGNON, C. **Philosophy after Wittgenstein and Heidegger**. EUA: *Philosophy and Phenomenological Research* v.1, n.4, jun/1990.

HACKER, P. M. S. **Wittgenstein – Meaning and Mind**: An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations/Essays. Oxford: Blackwell, 2008. v.3, parte 1/2

HACKER, P. M. S. **Wittgenstein – Mind and Will**: an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations/ Essays. 2008a. Oxford: Blackwell. v.4, parte 1/2

HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: Connections and Controversies**. Oxford: UP, 2004.

HANS, S. DAVID, G. S. **The Cambridge Companion to Wittgenstein**. United States: CUP, 1996.

HEIDEGGER, M. **Being and Time**. Trad. Joan Stambaugh. New York: UENY, 1996.

_____. **Interpretaciones Fenomenológicas sobre Aristóteles:** indicación de la situación hermenêutica. *Trotta: Madrid, 2002.*

HINTIKKA, J. HINTIKKA, M. **Uma investigação sobre Wittgenstein**. Campinas: Papyrus, 1994.

KAUFMANN, J. N. **Wittgenstein et la conception normative de la culture**. In: *Manuscrito*. Campinas: Unicamp, v. XVIII, n. 2, out/1995, p. 159-83.

LE DU, M. **La nature sociale de l'esprit:** Wittgenstein, la psychologie et les sciences humaines. Paris: J. Vrin, 2004.

_____. **Wittgenstein e o uso da linguagem como cálculo**. Trad. Bento Prado Neto. Curitiba: Dois Pontos v. 6, n. 1, p.167/179, abril/2009.

MALCOLM, N. **Wittgenstein on language and rules**. Ithaca: Wittgenstein themes, Cornell UP, 1995.

MARTINS, C. A. **Acordo, reflexão e filosofia:** uma análise a partir de Wittgenstein. *Revista Síntese*, Belo Horizonte, v. 37, p.87-105, 2010.

MONK, R. **Wittgenstein: o dever do gênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MULHALL, S. **Inheritance and Originality:** Wittgenstein, Heidegger, Kierkegaard. Oxford: OUP, 2001.

_____. **Wittgenstein and Heidegger:** on Seeing Aspects. New York: Routledge, 1990.

NARBOUX, J-P. **Qua Heidegger, Wittgenstein et le nivellement logique du sens.** Les Études philosophiques, v.3, p.393/472, jun.2010.

PEARS, D. **As ideias de Wittgenstein.** São Paulo: Cultrix, 1971.

PRADO NETO, B. **Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

ROBERT, J. F. **Wittgenstein – the arguments of the philosophers.** London: Routledge & Kegan Paul Ltd published, 1987.

SANTOS, L. H. Lopes dos. **A harmonia essencial.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A essência da proposição e a essência do mundo.** In: _____ Tractatus Logico-Philosophicus. São Paulo: USP, p 11-112, 1993.

SCHULTE, J. **Experience and expression: Wittgenstein's philosophy of psychology.** Oxford: Claredon, 2003.

SEARLE, J. R. **Speech Acts: An Essay um the Philosophy of Language.** Cambridge: CUP, 1970.

SCHIMITZ, F. **Wittgenstein.** São Paulo. Ed: Liberdade, 2004.

STEGMÜLLER, Wolfgang. **A filosofia contemporânea.** São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1976.

STERN, D. **Wittgenstein: Philosophical Investigations.** Cambridge: CUP, 2004.

WINCH, Peter. **A idéia de uma ciência social e sua relação com a Filosofia**. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Trad. G.E.M. Anscombe, P.M.S. Hacker, Joachim Schulte. Ed. bilíngue. Oxford: Basil Blackwell, 2009a.

_____. **Philosophy of Psychology**. Trad. G.E.M. Anscombe, P.M.S. Hacker, Joachim Schulte. Ed. bilíngue. Oxford: Basil Blackwell, 2009b.

_____. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. **Philosophical Grammar**. Oxford: Basil Blackwell, 2008a.

_____. **Blue and Brown Books**. Oxford: Blackwell, 2008b.

_____. **Zettel**. Oxford: Basil Blackwell, 1967.

_____. **Wittgenstein's Lectures, 1932 – 35**. Oxford: Blackwell, 1979.

_____. **Remarques Philosophiques**. Paris: Gallimard, 1975.

_____. **Lecciones y conversaciones sobre estética, psicología y creencia religiosa**. Barcelona: Paidós, 1992.

WOLF, U. A. **Ética a Nicômaco de Aristóteles**. São Paulo, Loyola, 2010.

VON WRIGHT, G. H. **Wittgenstein**. Blackwell: Oxford, 1982.

_____, G. H., MORA, F., MALCOLM, N. & POLE, D. **Las Filosofías de Ludwig Wittgenstein**. Barcelona: Oikos-Tau, 1965.

SUMARES, M. **Sobre 'Da certeza' de Ludwig Wittgenstein**: um ensaio introdutório. Porto. Ed: Contraponto, 1994.

ZILHÃO, A. **Linguagem da Filosofia e Filosofia da Linguagem**: estudos sobre Wittgenstein. Lisboa: Colibri, 1993.